

CNC

notícias

80 ANOS
CNC

Agenda dos Presidenciáveis 2026

Ao entregar as propostas do Sistema Comércio aos pré-candidatos à Presidência Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), a CNC fortalece o diálogo institucional, qualifica o debate público e amplia a defesa de uma agenda voltada ao desenvolvimento do País

22 Impactos do
comércio ilegal

31 Mais segurança na
transição tributária

CNC
Sesc Senac



**Informação, acolhimento e
proteção no enfrentamento à
violência contra a mulher.**



A violência contra a mulher pode acontecer de diferentes formas:
física, psicológica, verbal, patrimonial, financeira.

Muitas vezes, os sinais aparecem no medo, no isolamento, no controle excessivo e nas ameaças constantes.

Você não precisa enfrentar isso sozinha.

Profissionais da Segurança Privada podem atuar como ponto de apoio em situações de risco, ajudando no acolhimento e no acionamento das autoridades competentes.

! CANAIS DE APOIO

- **Emergência: Polícia Militar – 190**
- **Ligue 180** – orientação e apoio à mulher em situação de violência
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Realização:



Apoio:



Fé na democracia

O desenvolvimento econômico e social do Brasil passa, necessariamente, pela construção de espaços de diálogo qualificado entre os diversos segmentos da sociedade. Em um país de dimensões continentais e realidades tão diversas, a escuta ativa, a apresentação de propostas e o debate de ideias são instrumentos fundamentais para o fortalecimento da democracia e para a formulação de políticas públicas capazes de responder aos desafios contemporâneos.

Nesse contexto, iniciativas que promovem o encontro entre representantes dos setores produtivos e agentes responsáveis pela construção das agendas nacionais contribuem para ampliar a compreensão sobre temas estratégicos para o crescimento do País. Competitividade, geração de empregos, qualificação profissional, inovação, sustentabilidade e segurança jurídica estão entre os assuntos que impactam diretamente o ambiente de negócios e a vida dos cidadãos.

O Sistema Comércio tem desempenhado papel relevante nesse processo ao reunir conhecimento técnico, experiência prática e visão estratégica para colaborar com a construção de soluções voltadas ao desenvolvimento econômico. O comércio de bens, serviços e turismo representa uma das principais forças da economia brasileira, responsável pela geração de milhões de empregos e pela movimentação de cadeias produtivas essenciais.

Nesta edição da revista **CNC Notícias**, destacamos, na reportagem de capa, mais uma iniciativa de promoção dessa interlocução qualificada. O evento de entrega da Agenda dos Presidenciais 2026 a Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), que aceitaram o convite da CNC dirigido aos principais pré-candidatos às eleições presidenciais de outubro, foi mais do que uma oportunidade de apresentação das demandas setoriais. Foi um momento de reflexão sobre os rumos do País, de reafirmação do compromisso da CNC com o debate técnico, plural e propositivo, sempre orientado pela defesa do desenvolvimento nacional e pelo fortalecimento do setor que representa.

O futuro se constrói com diálogo, responsabilidade e visão de longo prazo. E é nesse espírito que seguimos contribuindo para a construção de um Brasil mais competitivo, inovador e preparado para os desafios das próximas décadas.

Boa leitura!



**CNC NOTÍCIAS**

Ano XXVI, n° 282, Agosto, 2026

Presidente: José Roberto Tadros

Vice-presidentes: 1º – Abram Abe Szajman, 2º – Luiz Carlos Bohn, 3º – Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Aparecido da Costa Freire, José Marconi Medeiros de Souza, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Raniery Araújo Coelho e Sebastião de Oliveira Campos

Vice-presidente Administrativo: Antonio Florencio de Queiroz Junior

Vice-presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Armando Vergilio dos Santos Júnior, Hélio Dagnoni, Idalberto Luiz Moro, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Lino Sepulcri, Kelsor Gonçalves Fernandes, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Aragão Feijó, Mauricio Cavalcante Filizola, Nadim Elias Donato Filho, Nilo Italo Zampieri Júnior e Rubens Torres Medrano

Diretores Administrativos: 1º – Marcelo Fernandes de Queiroz, 2º – Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho

Diretores Financeiros: 1º – Ademir dos Santos, 2º – Ladislao Pedroso Monte

Conselho Fiscal: Domingos Tavares de Sousa, Valdemir Alves do Nascimento e Ana Luiza Araújo Freire Soares

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Elienai Tavares Câmara

DIRETORIA-GERAL EXECUTIVA
Simone de Souza Guimarães

GERÊNCIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO – CNC

Gerente Executivo: Elienai Tavares Câmara

REDAÇÃO

Editor Executivo: Geraldo Roque (MTb 19.375)

Colaboradores: Elluar Vidal, Karina Praça, Vanessa Campos e Verônica Tozzi

Estagiários: Eduardo Ribeiro e Flávio Barbosa

Projeto Gráfico: Gecom/CNC e Calia

Diagramação e Ilustração: Carolina Braga

Revisão: Luciene Gonçalves Silva

Impressão: Sigma Soluções e Serviços

CNC - RIO DE JANEIRO

Av. General Justo, 307 CEP: 20021-130
PABX: (21) 3804-9200

CNC - BRASÍLIA

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14 CEP: 70041-902
PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

Contatos Gerência Executiva de Comunicação CNC

Telefone: (21) 3804-9374 E-mail: gecom@cnc.org.br

portaldocomercio.org.br



14

Propostas para o Brasil, diálogo com pré-candidatos e defesa do ambiente de negócios. A Agenda dos Presidenciais 2026, promovida pelo Sistema CNC-Sesc-Senac em Brasília, levou as prioridades do comércio, serviços e turismo ao centro do debate nacional. A iniciativa reforça o papel da CNC como ponte entre o setor produtivo e o poder público na construção de soluções para o desenvolvimento e a geração de empregos.

[instagram/sistematicnc](https://www.instagram.com/sistematicnc)

[facebook/sistematicnc](https://www.facebook.com/sistematicnc)

[linkedin/company/sistematicnc](https://www.linkedin.com/company/sistematicnc)

[twitter/sistematicnc](https://twitter.com/sistematicnc)

[youtube.com/tvcnconline](https://www.youtube.com/tvcnconline)



36



O desenvolvimento das pessoas que fazem o Sistema Comércio acontecer ganha novo protagonismo no ciclo 2026 do Programa Atena.

20



A CNC passou a integrar o Conselho de Associações Empresariais Sul-Americanas pelo Comércio Lícito durante o V Encontro da entidade, realizado em 30 de junho, em Buenos Aires, na Argentina.



48



Integração entre Cetur e Renalegis amplia articulação em benefício do turismo brasileiro. Um novo passo com foco em uma atuação institucional mais coordenada.

- 4** VITRINE
- 6** PELA WEB
- 8** INTERESSE DO COMÉRCIO
- 10** REUNIÃO DE DIRETORIA
- 12** COMÉRCIO EM AÇÃO
- 14** CAPA
- 20** INSTITUCIONAL
- 36** ATENA
- 38** ANÁLISE
- 40** ECONOMIA
- 45** NOTAS & FATOS
- 46** TURISMO E HOSPITALIDADE
- 52** SUSTENTABILIDADE
- 54** SESC & SENAC NACIONAIS
- 60** BRASIL
- 68** AGENDA COMÉRCIO

Shutterstock



Óculos com IA

A Meta lançou uma linha de óculos inteligentes enriquecidos com IA e preços competitivos. A empresa aposta em uma nova geração de dispositivos vestíveis com inteligência artificial integrada por valor mais convidativo, buscando ampliar seu alcance global. Os Meta Glasses chegam às prateleiras com um preço de US\$ 299 (R\$ 1,5 mil), abaixo da geração anterior, avaliada em US\$ 379 (R\$ 1,9 mil).

Expansão do mercado aéreo

Shutterstock



A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) autorizou a operação de duas novas companhias aéreas estrangeiras em território brasileiro. As empresas aprovadas são a espanhola Wamos Air S.A. e a nigeriana Air Peace Ltd. Ambas receberam aval para a operação depois de cumprirem requisitos previstos pela legislação brasileira. Segundo a Anac, o objetivo da medida é ampliar a conectividade aérea internacional e estimular um ambiente regulatório mais competitivo no setor.

Brasil na rota das farmacêuticas

A gigante BMS anunciou que o Brasil deve ser o próximo mercado em que vai investir e deve ser um mercado estratégico. Os planos da farmacêutica são incluir o Brasil nas primeiras fases de pesquisa de medicamentos nos próximos 12 a 18 meses. O objetivo é trazer o País para ainda mais perto da vanguarda da ciência. Hoje, quase todos os estudos conduzidos pela BMS no País são de etapas mais avançadas. São 71 pesquisas no total, com apenas duas na fase 1.



Shutterstock

Programa Celular Seguro

Divulgação



O governo federal criou o Banco Nacional de Celulares com Restrição (BNCR), uma base que reunirá informações sobre aparelhos roubados, furtados ou extraviados em todo o País. A medida, oficializada pelo Decreto nº 13.034/2026, marca uma nova etapa do programa Celular Seguro, que passa a ter caráter permanente e amplia seu foco para o combate ao mercado de receptação. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o sistema já começa integrado aos 26 Estados e ao Distrito Federal e reúne mais de 2,9 milhões de aparelhos com potencial de recuperação.

Internet nas escolas

Segundo estudo da ONG MegaEdu em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Brasil precisará investir ao menos mais R\$ 550 milhões para atingir a meta de universalizar a conectividade à internet nas escolas públicas brasileiras. Em números absolutos, são 37,4 mil escolas que precisam se adequar aos parâmetros do programa para que o Brasil consiga universalizar a conectividade nas escolas públicas.



Shutterstock

Editora Agir



Virei gestor, e agora?

O livro *Gestor pela primeira vez* (Editora Agir) apresenta os desafios para quem se tornou líder e precisa tomar decisões importantes para os rumos de sua equipe. Desde a comunicação eficaz até a arte de delegar responsabilidades, o livro oferece as ferramentas essenciais para quem deseja trilhar um caminho de sucesso no novo cargo. A obra mostra o caminho ideal para quem precisa se destacar em um mundo onde o tempo é precioso e as decisões precisam ser tomadas com confiança. A autoria é de Loren B. Belker, Jim McCormick e Gary S. Topchik.



Agenda dos Presidenciais

Entrega da Agenda dos Presidenciais 2026, promovida pela CNC em Brasília, trouxe Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo). O documento reúne as principais propostas do setor do comércio de bens, serviços e turismo para o País. (Ver reportagem de capa na página 14)

Entre as prioridades da Confederação, está a inclusão dessas pautas nos principais planos de governos candidatos à Presidência. Temas como concorrência com plataformas internacionais, combate à pirataria, comércio ilegal e transformação digital foram citados.

O evento repercutiu em veículos como CNN, O Globo, Poder 360, Veja, Folha de S. Paulo, G1, Estadão e Metrôpoles.

Perdas pelo mercado ilegal

Valor Econômico repercute lançamento da carta compromisso contra o mercado ilegal de bens e mercadorias. Segundo o veículo, a CNC calcula perdas anuais de 179,2 bilhões de reais para o mercado ilegal em vendas formais que deixam de ser feitas.

Valor | Brasil

Entidades pedem a candidatos que assumam compromisso no combate a mercados ilegais

Iniciativa defende política tributária equilibrada, combate à pirataria e ao crime organizado

Por Vinícius Lúerna e Ludmylla Rocha — De São Paulo
19/06/2026 (Atualizado: 19/06/2026 07:30)

Endividamento renova recorde

O endividamento bateu novo recorde no País em maio e atingiu 82% da população. Segundo dados da CNC divulgados pelo Correio Braziliense, o índice dos que estavam muito endividados foi o maior em 23 meses.



Endividamento bate novo recorde no Brasil e atinge 82% da população

Avanço das bets

Coluna no Estadão salienta o avanço das bets durante a Copa do Mundo, com uso massivo de publicidade e veiculação midiática. O texto destaca o estudo da CNC, segundo o qual os brasileiros gastam mais de 30 bilhões de reais por mês em apostas on-line.



Imposto seletivo

Durante sua participação no evento Caminhos do Brasil, promovido pelos jornais O Globo e Valor Econômico em parceria com a CNC, o ministro Dario Durigan (Fazenda) revelou a intenção do governo de fazer uma transição suave para o Imposto Seletivo (IS).



Mérito Comercial

Diário de Niterói repercute a entrega da Ordem do Mérito Comercial da Amazônia. Receberam a honraria o presidente da Fecomércio-MA, Maurício Aragão; o vice-presidente da CNC José Wenceslau de Souza Júnior; e o presidente em exercício da Fecomércio-AM, Aderson Frota. (Veja nota na página 12)



Eliminação da Copa

A eliminação do Brasil da Copa do Mundo não eliminou apenas a Seleção, mas levou junto uma parte importante da atividade econômica construída ao seu redor. Segundo a CartaCapital, a previsão de 2,42 bilhões de reais faturados durante este Mundial, de acordo com dados da CNC, não deve se concretizar por completo.

DIÁLOGO E COMPROMISSO COM O BRASIL DO FUTURO

Neste artigo, o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac destaca a Agenda dos Presidênciaáveis 2026 como espaço de diálogo entre o setor produtivo e os formuladores de políticas públicas. O texto reforça propostas para melhorar o ambiente de negócios e defende uma visão de longo prazo voltada ao desenvolvimento, à segurança jurídica e à geração de empregos.



José Roberto Tadros

Presidente do Sistema-CNC-Sesc-Senac

O Sistema CNC-Sesc-Senac realizou, em Brasília, a Agenda dos Presidênciaáveis 2026, um encontro concebido para fortalecer o diálogo institucional entre o setor produtivo e nomes que se apresentam ao debate nacional sobre os rumos do País. O evento reuniu lideranças empresariais, representantes de Federações e Sindicatos, entidades parceiras e equipes do Sistema Comércio, reafirmando valores que consideramos essenciais: a escuta responsável, a cooperação institucional e a construção de propostas voltadas ao desenvolvimento do Brasil.

A Agenda dos Presidênciaáveis nasceu de um amplo processo de escuta de empresários, Federações e Sindicatos de todas as regiões do País. O resultado desse trabalho foi a consolidação de um conjunto de contribuições que reflete a realidade de quem empreende, investe e gera empregos, oferecendo subsídios para o aprimoramento das políticas públicas e para o fortalecimento do ambiente de negócios brasileiro.

Como principal representante do setor terciário da economia, temos plena consciência da responsabilidade institucional que nos cabe. Nosso compromisso permanente é contribuir para a construção de um

ambiente mais simples, seguro e eficiente para quem produz, emprega e movimentar a economia nacional.

Nesse contexto, defendemos o avanço de uma agenda estruturante para o País, baseada na modernização do Estado, na simplificação regulatória, na segurança jurídica, na qualificação profissional e na ampliação do acesso ao crédito. São desafios que transcendem governos e interesses conjunturais. São temas que pertencem ao Brasil e que exigem visão de longo prazo.

A Agenda apresentada pelo Sistema Comércio está organizada em sete eixos estratégicos, elaborados para oferecer contribuições objetivas ao debate nacional. Em sua essência, ela se apoia nos princípios que historicamente orientam a atuação da CNC: segurança jurídica, democracia e livre mercado. São fundamentos indispensáveis para o crescimento sustentável, para o fortalecimento das empresas e para a geração consistente de emprego e renda.

Entre os temas prioritários está a necessidade de aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro. Defendemos um modelo mais simples, justo e transparente, capaz de estimular investimentos, elevar a produtividade e incentivar a formalização, preservando a competitividade dos setores que têm papel estratégico para a economia nacional. Também consideramos fundamentais medidas voltadas ao equilíbrio fiscal, ao aumento da eficiência administrativa e à ampliação da competitividade do País.

O Brasil possui atributos extraordinários para ampliar sua relevância econômica no cenário internacional. Contamos com um mercado consumidor robusto, diversidade energética, abundância de recursos naturais e um patrimônio turístico singular. Além disso, dispomos de vantagens competitivas alinhadas às transformações globais, incluindo uma economia de menor intensidade de carbono, cada vez mais valorizada em um ambiente internacional orientado pela sustentabilidade.

Durante o encontro, tivemos a participação dos presidentes Ronaldo Caiado e Romeu Zema, que atenderam ao convite do Sistema CNC-Sesc-Senac, encaminhado aos pré-candidatos das eleições presidenciais de 2026, e contribuíram para um debate pautado pelo respeito mútuo e pela troca de ideias. A presença de ambos reforçou a importância do diálogo institucional como instrumento de construção de soluções para os desafios nacionais.

Ao final da Agenda dos Presidentes, permaneceu uma convicção compartilhada: o Brasil possui todas as condições para avançar e transformar seu potencial em oportunidades concretas para a sociedade. Para isso, é indispensável fortalecer a interlocução entre o setor produtivo e aqueles que desejam contribuir para o futuro da Nação.

O Sistema CNC-Sesc-Senac seguirá à disposição para colaborar com espírito público, responsabilidade institucional e compromisso permanente com o desenvolvimento do País. Não apresentamos uma agenda de governo. Apresentamos uma agenda de Brasil: comprometida com a democracia, a livre iniciativa e a prosperidade de todos os brasileiros.



Defendemos
o avanço de
uma agenda
estruturante para
o País, baseada
na modernização
do Estado, na
simplificação
regulatória,
na segurança
jurídica, na
qualificação
profissional e
na ampliação
do acesso
ao crédito”



Saúde, emprego e inovação na pauta

Estudos mostraram impacto da atuação preventiva do Sesc no Rio de Janeiro e um novo modelo de contratação baseado no pagamento por hora de trabalho

A Diretoria da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) reuniu-se em 16 de julho para deliberar sobre pautas cruciais que impactam a economia brasileira e a gestão do Sistema Comércio. O encontro, marcado por realizações recentes e projeção de novos investimentos, reforçou o papel da entidade como agente estruturante da proteção social e do desenvolvimento econômico.

Um dos destaques da reunião, conduzida pelo presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, foi a apresentação de uma pesquisa da Fecomércio-RJ feita em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) sobre o impacto da atuação do Sesc-RJ na saúde pública do Estado. Os dados revelam que o Sistema realiza, por exemplo, 12 mil mamografias por ano, com um crescimento de 68,9% entre 2022 e 2025, superando em muito a expansão do SUS no mesmo período.

Mais do que a agilidade — com resultados entregues em uma semana, contra 40 dias na rede pública, no caso da mamografia —, o estudo comprovou que a atuação preventiva do Sesc desonera o serviço público em valores estimados entre 103

e 122 milhões de reais anuais apenas no Rio de Janeiro. “Não somos meros prestadores de serviço; somos agentes que economizam recursos para o Estado”, afirmou Antonio Queiroz, presidente da Fecomércio-RJ.

Trabalho por hora

A pauta trabalhista teve espaço com a apresentação do projeto Trabalho Hora Direitos Garantidos (THDG), liderado pelo presidente da Fecomércio-MG, Nadim Donato. O modelo, ainda em estudo e debate, propõe a contratação por hora trabalhada com um bônus de 15% e a antecipação proporcional de férias, 13º salário e aviso prévio diretamente na folha mensal.

O projeto visa atrair jovens e idosos que buscam flexibilidade e formalizar trabalhadores que hoje atuam na informalidade, como entregadores. Um dos diferenciais tecnológicos propostos é o uso do split payment via Pix, que garantiria o repasse imediato dos impostos ao INSS e ao governo no ato do pagamento do salário. O debate na Diretoria, contudo, apontou desafios ainda a serem discutidos, como a necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para viabilizar a proposta.

Sesc Caborê

No campo da infraestrutura e da cultura, o diretor-geral do Departamento Nacional do Sesc, José Carlos Cirilo, falou sobre a inauguração, em agosto, do Sesc Caborê, em

Paraty, uma área de 28 mil m², integrada à Mata Atlântica, que se tornará um polo sociocultural na região, com abertura prevista para agosto e uma programação que incluirá Fernanda Montenegro e Xande de Pilares.

Sobre o novo equipamento cultural em Paraty, o presidente José Roberto Tadros destacou a importância do projeto para a região. “É com certeza o maior investimento para a cidade de Paraty moderna.” Ele também ressaltou a harmonia entre a tradição e a inovação da nova unidade. “Nós juntamos o novo ao antigo e vamos atrair turistas para lá, o que vai aumentar a preservação.”

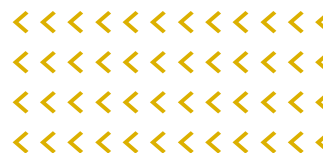
Senac investe em tecnologia

O diretor-geral do Departamento Nacional do Senac, Marcus Fernandes, apresentou os avanços do Plano Nacional de Tecnologias, voltado especificamente para a área da Saúde, destacando o investimento em laboratórios de simulação realística. Nesses espaços, os alunos utilizam simuladores de quadros clínicos diversos, como partos e atendimentos de emergência, para vivenciar situações reais do mercado de trabalho antes da formação.

Outro destaque foi a inauguração, no Espírito Santo, de uma unidade móvel de saúde única no Brasil, que possui o diferencial de expandir para os dois lados, permitindo que o ensino e o atendimento cheguem às populações de regiões mais remotas.



Encontro celebrou a despedida de Itelvino Pisoni, que deixou a Presidência da Fecomércio Tocantins após 12 anos



Lideranças são homenageadas

A CNC realizou, no Rio de Janeiro, duas solenidades de reconhecimento de personalidades que contribuem para o fortalecimento do comércio de bens, serviços e turismo e do ambiente de negócios no País. A Ordem do Mérito Comercial da Amazônia, no grau de Grã-Cruz, foi concedida ao vice-presidente da CNC José Wenceslau de Souza Júnior, ao presidente da Fecomércio-MA e diretor da CNC, Maurício Freijó, e ao presidente em exercício da Fecomércio-AM, Aderson Frota. Já a Medalha Amigo do Comércio homenageou o senador Izalci Lucas (PL-DF), o deputado federal Marcelo Queiroz (PSDB-RJ) e o vereador Carlo Caiado, do Rio de Janeiro. As cerimônias foram conduzidas pelo presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, que destacou a importância de reconhecer lideranças comprometidas com a livre iniciativa, o empreendedorismo e o desenvolvimento do setor.

Júlio César Guimarães



Júlio César Guimarães



Lideranças empresariais e autoridades públicas foram reconhecidas pela atuação em defesa do setor



Reprodução

SEGURANÇA JURÍDICA

O presidente Tadros recebeu representantes da Fecomércio-GO e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para debater a segurança jurídica no País. O encontro reforçou a importância de iniciativas que promovam previsibilidade, confiança institucional e maior competitividade para o ambiente de negócios brasileiro.



CNC

A FORÇA DO SETOR DE EVENTOS

A CNC esteve presente na 42ª edição da COCAL, maior congresso de eventos da América Latina, realizado em Fortaleza. O diretor responsável pelo Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da Confederação, Alexandre Sampaio, ressaltou a importância da inovação, das políticas públicas e da articulação institucional para ampliar a competitividade, a sustentabilidade e o turismo de eventos no País. O encontro reuniu cerca de 600 participantes de 32 nações. (Ver reportagem na página 66)



Divulgação

IMPrensa INTERNACIONAL

Foram realizadas duas edições do Encontros com a Imprensa Internacional, evento patrocinado pela CNC para ampliar o debate sobre temas estratégicos para o País. Em 26 de junho, especialistas discutiram crime organizado, inteligência e asfixia financeira. Em 3 de julho, a discussão destacou a transição energética e o papel da energia nuclear na segurança e no desenvolvimento nacional.



CNC

CAMPANHA PREMIADA

A campanha institucional Atravessando Gerações – CNC 80 Anos conquistou a medalha de bronze no Prêmio Colunistas, uma das mais tradicionais premiações da publicidade brasileira. Produzido em parceria com a agência Calia, a produtora 16mm e a Gerência Executiva de Comunicação da CNC, o filme celebra o legado da Confederação ao lado do empresário brasileiro desde 1945.

AGENDA CONECTAR BRASIL

A ampliação da conectividade nacional esteve no centro do encontro entre o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e o presidente José Roberto Tadros. A reunião reforçou o apoio à Agenda Conectar Brasil e seu potencial para impulsionar o turismo, o desenvolvimento regional e a competitividade do setor de comércio, serviços e turismo.



Mardônio Vieira

INCLUSÃO DIGITAL

O Sistema CNC-Sesc-Senac e a TOTVS firmaram um acordo de cooperação técnica para ampliar a qualificação profissional e a inclusão digital no País.

A parceria prevê a integração de soluções tecnológicas da empresa aos ambientes de aprendizagem do Senac, aprimorando a formação profissional e fortalecendo a conexão dos alunos com as exigências do mercado de trabalho.



Mardônio Vieira





AGENDA DOS PRESIDENCIÁVEIS 2026:

Propostas do setor produtivo em debate



Propostas, diálogo e posicionamento institucional marcaram a Agenda dos Presidenciáveis 2026, ação do Sistema CNC-Sesc-Senac que levou as prioridades do setor produtivo aos pré-candidatos à Presidência da República. Realizado em Brasília, o encontro transformou as demandas do comércio de bens, serviços e turismo em um conjunto estruturado de contribuições para o desenvolvimento do País, organizadas com base em uma visão técnica e representativa de um dos principais motores da economia brasileira.

Ao reunir lideranças políticas e empresariais em torno de uma agenda concreta, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) reforça seu papel como ponte entre o setor produtivo e o poder público e consolida uma atuação baseada na construção de soluções, na qualificação do debate e na defesa de um ambiente de negócios mais competitivo, previsível e favorável ao investimento.

Mais do que dar visibilidade às demandas do setor, a iniciativa amplia a capacidade de incidência institucional da CNC em um cenário decisivo para o País, conectando propostas estruturantes às prioridades da agenda nacional. Nesse contexto, a Agenda evidencia que o debate sobre o futuro do Brasil passa, necessariamente, por quem produz, investe e gera empregos.



Baixe a Agenda dos Presidenciáveis 2026 do Sistema Comércio



Em um momento de determinação de rumos para o País, o Sistema CNC-Sesc-Senac colocou em pauta as prioridades do setor produtivo ao realizar a Agenda dos Presidenciáveis 2026. O encontro, realizado em 8 de julho, reuniu pré-candidatos à Presidência da República, parlamentares e lideranças empresariais em torno de propostas estruturadas para impulsionar o crescimento econômico e fortalecer o ambiente de negócios.



Mais do que um conjunto de proposições setoriais, esta Agenda se propõe a ser um verdadeiro instrumento de Estado, um roteiro para impulsionar o crescimento econômico e ampliar oportunidades para milhões de brasileiros”

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Além do espaço de diálogo, a iniciativa consolidou uma agenda de Estado construída com base em demandas reais de quem produz e gera empregos no Brasil.

Agenda de Estado para o desenvolvimento

A Agenda dos Presidenciáveis 2026 marca um movimento estratégico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para inserir o setor no centro do debate nacional. Resultado de um processo amplo de escuta, o documento reúne propostas organizadas em sete eixos estruturantes, com foco na competitividade, na modernização do Estado e na geração de oportunidades.

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, ressalta o caráter estruturante da iniciativa: “A construção de uma agenda sólida para o desenvolvimento do Brasil exige escuta qualificada, diálogo permanente e compromisso com a realidade de quem produz, emprega e gera riqueza”.

A proposta, segundo Tadros, ultrapassa interesses conjunturais. “Mais do que um conjunto de proposições setoriais, esta Agenda se propõe a ser um verdadeiro instrumento de Estado, um roteiro para impulsionar o crescimento econômico e ampliar oportunidades para milhões de brasileiros.”



Articulação e representatividade

A consistência da Agenda está diretamente ligada ao processo de construção coletiva coordenado pela Diretoria de Relações Institucionais da CNC, com participação ativa das Federações, Sindicatos, câmaras setoriais e empresários de todo o País.

Para a diretora Nara de Deus, o documento reflete a legitimidade e a capilaridade do Sistema Comércio.

“A Agenda dos Presidenciáveis é resultado do processo estruturado de escuta e articulação do setor produtivo. Nosso objetivo é transformar demandas reais em propostas qualificadas para o debate público”, explicou.

Ela reforça o posicionamento institucional da Confederação: “O documento materializa o posicionamento técnico do Sistema Comércio e reforça o papel da CNC como interlocutora qualificada na construção de políticas públicas para o desenvolvimento do País”.

Prioridades para o ambiente de negócios

As propostas apresentadas aos presidenciáveis estão organizadas em sete eixos estruturantes:

- 1 Desenvolvimento econômico;
- 2 Empreendedorismo e fortalecimento empresarial;
- 3 Tecnologia e transformação digital;
- 4 Comércio exterior;
- 5 Segurança e combate à ilegalidade;
- 6 Trabalho e qualificação; e
- 7 Desenvolvimento regional e sustentabilidade.

As medidas integram uma agenda ampla e sistêmica voltada ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Esses eixos articulam diagnósticos, análises

“

É possível fazer mais com menos, utilizando tecnologia e melhorando a gestão. O setor público precisa acompanhar essa evolução”

Romeu Zema

Pré-candidato à Presidência da República - Novo



e proposições para os principais desafios enfrentados pelo setor de comércio, serviços e turismo, formando um conjunto coeso de políticas públicas.

Estruturada com base em uma abordagem técnica e na escuta ativa do setor produtivo de todo o País, a Agenda traz propostas que buscam enfrentar entraves históricos, como a complexidade tributária, a insegurança regulatória e as limitações de acesso a financiamento – fatores que impactam diretamente a competitividade das empresas.

O documento também organiza soluções de forma integrada e complementar, evidenciando que o avanço do ambiente de negócios depende da combinação entre reformas estruturais, inovação, qualificação da mão de obra e fortalecimento institucional. Nesse sentido, as propostas não apenas respondem a demandas imediatas, mas apontam caminhos de longo prazo para a dinamização da economia e a geração de emprego e renda.



Essas diretrizes estão ancoradas em três princípios fundamentais – segurança jurídica, democracia e livre mercado –, considerados essenciais para a construção de um ambiente econômico mais previsível, estável e competitivo, capaz de estimular investimentos e ampliar oportunidades em todo o País.

Uma proposta de país

Na abertura do evento, o 2º vice-presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da Confederação, Luiz Carlos Bohn, que representou o presidente Tadros, enfatizou o alcance institucional do documento.

“Entregamos aos presidenciais um verdadeiro tratado para o avanço e a prosperidade do Brasil”, afirmou.

Bohn explicou que a Agenda foi concebida como uma contribuição duradoura ao País.

“Não apresentamos uma agenda de governo; apresentamos uma agenda de país, comprometida com a democracia, com a livre iniciativa e com a prosperidade dos brasileiros.”

Reformas e competitividade no centro do debate

Durante sua exposição, Bohn reforçou a importância de enfrentar desafios estruturais para garantir o crescimento econômico sustentável.

“O Brasil precisa avançar com uma agenda que inclua modernização do Estado, simplificação regulatória, segurança jurídica, qualificação profissional e acesso ao crédito. Esses desafios são do País; não pertencem a um governo, pertencem ao Brasil.”

Ele também frisou a necessidade de transformar o potencial econômico brasileiro em resultados tangíveis: “O desafio é transformar esse potencial em produtividade, renda e oportunidades concretas para a população”.

Diálogo direto com os presidenciais

A programação da Agenda dos Presidenciais 2026 foi marcada pelo diálogo direto entre o setor produtivo e os pré-candidatos à Presidência da República que participaram do evento – Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD).

Ambos responderam a questionamentos elaborados pela CNC sobre temas estratégicos para o desenvolvimento econômico do País, como infraestrutura, ambiente de negócios, reforma administrativa, endividamento das empresas, mercado de trabalho, comércio exterior e combate à ilegalidade.

Romeu Zema abriu sua participação destacando sua trajetória no comércio e a relação direta com os desafios enfrentados pelos empresários brasileiros. “Venho de uma família de comerciantes e é onde eu me sinto em casa. Foi no comércio que eu nasci, cresci e aprendi a trabalhar.”

Ao tratar do ambiente de negócios, ressaltou entraves estruturais que impactam a competitividade das empresas, como juros elevados, burocracia e insegurança jurídica. “Todo empreendedor no Brasil começa o dia com uma desvantagem enorme. São juros altos, burocracia e insegurança jurídica que travam o crescimento”, pontuou.

Durante o diálogo, Zema apresentou propostas organizadas em três frentes – institucional, fiscal e de segurança –, com foco na eficiência da gestão pública, na redução de gastos e na criação de um ambiente mais favorável ao investimento. Nesse contexto, defendeu uma reforma administrativa orientada à produtividade e ao uso de tecnologia.

“É possível fazer mais com menos, utilizando tecnologia e melhorando a gestão. O setor público precisa acompanhar essa evolução.”

O pré-candidato também enfatizou a necessidade de fortalecimento institucional como base para o crescimento econômico. “O Brasil precisa resgatar a credibilidade das instituições. Sem isso, não há confiança para investir.”

Já Ronaldo Caiado concentrou sua participação na defesa de reformas estruturantes e na criação de um ambiente de maior previsibilidade para os investimentos privados. Ao responder às perguntas da CNC, enfatizou a necessidade de enfrentar gargalos históricos que limitam o potencial do País.

“O Brasil precisa enfrentar seus problemas com diagnóstico e soluções. Não podemos continuar perdendo competitividade enquanto temos todas as condições para liderar em tecnologia, energia e produção.”

Ao tratar de infraestrutura, logística e Custo Brasil – temas centrais para o setor produtivo –, o pré-candidato defendeu o aumento dos investimentos e a criação de condições mais seguras para a participação do capital privado.

Caiado também reforçou o compromisso com a implementação de reformas já no início de um

possível governo. “No primeiro dia do governo, apresentarei todas as reformas necessárias. É preciso reduzir gastos administrativos, diminuir o Custo Brasil e devolver confiança ao empresário para investir.”

Em resposta aos questionamentos sobre endividamento empresarial e cenário macroeconômico, Caiado destacou a importância da responsabilidade fiscal e da gestão eficiente das contas públicas. “O País precisa diminuir o endividamento. Com responsabilidade fiscal e confiança, será possível reduzir juros e criar um ambiente favorável para quem produz”, afirmou.

Temas como inovação, mercado de trabalho e inserção internacional também fizeram parte do debate. Os dois presidenciáveis convergiram na necessidade de ampliar a competitividade do Brasil, modernizar o Estado e fortalecer políticas que estimulem investimentos, produtividade e geração de empregos.

“

“É preciso reduzir gastos administrativos, diminuir o Custo Brasil e devolver confiança ao empresário para investir”



Ronaldo Caiado

Pré-candidato à Presidência da República - PSD

CNC adere a conselho sul-americano e reforça combate ao comércio ilícito

Debates abordaram contrabando, mercado paralelo e fortalecimento da cooperação regional entre entidades empresariais da América do Sul

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) passou a integrar o Conselho de Associações Empresariais Sul-Americanas pelo Comércio Lícito durante o V Encontro da entidade, realizado em 30 de junho, em Buenos Aires, na Argentina. A adesão amplia a participação brasileira nos debates sobre o enfrentamento ao contrabando, à falsificação e a outras práticas que prejudicam empresas, trabalhadores, consumidores e a arrecadação pública.

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, destacou que o comércio ilícito deixou de ser um problema restrito à fiscalização de fronteiras. Hoje, seus efeitos alcançam o desenvolvimento econômico, a governança pública, a inte-

gridade institucional e a segurança regional, exigindo respostas coordenadas entre governos e entidades empresariais.

Criado para estimular a cooperação entre lideranças empresariais, o Conselho reúne representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Peru e Equador. Brasil e Uruguai foram convidados a integrar os debates, ampliando a articulação em defesa do comércio formal.

A entrada da CNC no colegiado reforça uma agenda desenvolvida pela Confederação no Brasil, por meio de estudos, ações institucionais e diálogo com os poderes públicos (ver reportagem na página 22). Durante a cerimônia de adesão, Tadros ressaltou que nenhuma nação conseguirá enfrentar isoladamente redes criminosas que atuam de forma transnacional.

A experiência apresentada pela Câmara de Comércio e Serviços do Uruguai mostrou que o comércio ilícito compromete a competitividade das empresas legalmente estabelecidas, substitui empregos formais por atividades sem proteção social, expõe consumidores a produtos sem rastreabilidade e enfraquece a cultura de cumprimento das normas.

Os debates também chamaram a atenção para o avanço da ilegalidade nas plataformas digitais e nos marketplaces. Estudo da consultoria



MAP Latam apontou que, em 2024, a América Latina foi a segunda região do mundo com maior crescimento do comércio eletrônico, com expansão anual de 11,5%, acima da média global de 8,8%.

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que 75% dos produtos falsificados apreendidos no comércio internacional foram transportados por serviços postais e empresas de entrega expressa. Em 79% dos casos, os envios tinham menos de dez itens.

Na Argentina, levantamento da MAP Latam mostrou que o país ocupa a 120ª posição entre 158 nações avaliadas pelo Índice de Comércio Ilícito da TRACIT de 2025. O estudo estima perdas fiscais anuais de US\$ 2,3 bilhões, equivalentes a 0,3% do Produto Interno Bruto argentino, além da eliminação de aproximadamente 10 mil empregos formais.

Cooperação e inovação

Como integrante do Conselho, a CNC participou dos debates do segundo dia do encontro. No painel dedicado às perspectivas das câmaras de comércio, Tadros defendeu que a cooperação regional deve avançar ao lado da inovação tecnológica e do fortalecimento institucional para reduzir a atuação das redes criminosas.

Segundo ele, o contrabando e a circulação de mercadorias sem recolhimento de tributos provocam perdas para os países, comprometem investimentos públicos, enfraquecem empresas que cumprem a legislação e aumentam o poder econômico das organizações criminosas.

“O comércio ilícito deixou de ser apenas uma questão aduaneira. Hoje, ele constitui um problema de desenvolvimento econômico, de governança pública, de integridade institucional e de segurança regional”, afirmou.

Ao tratar dos desafios brasileiros, Tadros lembrou que a extensa faixa de fronteira terrestre do País, somada às diferenças tributárias e regulatórias entre as nações, favorece a atuação do mercado ilegal. Para aumentar a efetividade das ações, apresentou três prioridades.

A primeira é tratar o combate ao comércio ilícito como política de desenvolvimento econômico, protegendo empresas formais, empregos e arrecadação. A segunda consiste em ampliar o uso de inteligência artificial, análise de dados, sistemas interoperáveis e rastreabilidade digital para antecipar rotas e identificar padrões criminosos. A terceira envolve o fortalecimento das regiões de fronteira, com mais infraestrutura, presença do Estado e oportunidades para a população local.

Tadros também defendeu uma atuação permanente entre iniciativa privada e poder público para reduzir a evasão de recursos e enfrentar organizações transnacionais. Ao encerrar sua participação, o presidente da CNC afirmou que a América do Sul reúne condições para ampliar sua integração econômica. Com abundância de recursos naturais, mercado consumidor e forte potencial produtivo, a região pode construir soluções conjuntas que fortaleçam o comércio formal e promovam um ambiente de negócios mais seguro e competitivo.

“O combate ao comércio ilícito exige uma visão integrada entre segurança e desenvolvimento”

José Roberto Tadros

Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo



Divulgação CAC

Pirataria drena R\$ 179 bilhões da economia, diz estudo



Felipe Soares

Debate na Frente Parlamentar destacou impactos econômicos da ilegalidade e caminhos para melhorar o ambiente de negócios

O comércio ilegal fatura R\$ 179,2 bilhões por ano no Brasil. O dado foi apresentado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no dia 30 de junho, durante reunião da Frente Parlamentar Mista do Ambiente de Negócios (FPN), que debateu os efeitos da prática sobre a competitividade, a arrecadação e o emprego.

Realizado em Brasília e presidido pelo diretor executivo da Frente, deputado Julio Lopes (PP-RJ), o encontro envolveu parlamentares, representantes do setor produtivo e especialistas para discutir os impactos da pirataria e do mercado ilegal em segmentos como comércio, serviços, turismo, combustíveis, indústria e varejo têxtil.

A CNC esteve representada pela diretora de Relações Institucionais (DRI), Nara de Deus, por sua equipe técnica e pelo economista da Gerência Executiva de Análise, Desenvolvimento Econômico e Estatístico (Geade) Guilherme Cardoso, que apresentou a análise técnica.

Segundo o estudo, os prejuízos vão além da retração do mercado formal. A ilegalidade também provoca uma evasão fiscal estimada em R\$ 74,8 bilhões por ano, reduzindo a capacidade de financiamento de políticas públicas e ampliando distorções no ambiente de negócios.

Na avaliação de Cardoso, o avanço do comércio ilegal deve ser compreendido como um fenômeno econômico estrutural, diretamente associado às condições de funcionamento do mercado brasileiro. “O comércio ilegal prospera em segmentos em que há maior margem de comércio e incidência de carga tributária. Estamos falando de um volume que corresponde a 1,5% do PIB, com encadeamentos significativos”, explicou.

Além da elevada carga tributária, o economista enfatizou que a baixa eficiência produtiva e as fragilidades institucionais criam incentivos econômicos para a expansão da informalidade.

“Quando o ambiente de negócios impõe custos elevados e reduz a competitividade do setor formal, o mercado ilegal se torna alternativa economicamente viável. Esse é um problema que exige correções estruturais, e não apenas medidas pontuais de repressão”, esclareceu.

A análise da CNC reforça que o comércio ilegal produz efeito em cadeia: reduz receitas empresariais, pressiona margens, desestimula investimentos e compromete a geração de empregos formais, ao mesmo tempo em que limita a arrecadação pública e a capacidade do Estado de investir em sistemas inteligentes de fiscalização.

“Há um ciclo perverso: menos arrecadação leva a menor investimento público, o que fragiliza as instituições e amplia o espaço para o mercado ilegal. Romper esse ciclo é essencial para melhorar o ambiente de negócios no País”, acrescentou Cardoso.

Entre as medidas apontadas como prioritárias, estão o aumento da eficiência do setor produtivo, a revisão da estrutura tributária – especialmente em segmentos mais onerados – e o fortalecimento da fiscalização e do ambiente institucional, de forma a reduzir a atratividade econômica da ilegalidade.

Nara de Deus ressaltou a importância do papel da Frente Parlamentar na construção de soluções para o problema. “É um espaço fundamental para qualificar o debate e avançar na construção de propostas que fortaleçam o ambiente de negócios. O enfrentamento do comércio ilegal é um passo essencial para garantir concorrência leal e maior previsibilidade para os agentes econômicos”, afirmou a diretora.

Segundo ela, a CNC apoia iniciativas que busquem reduzir distorções, melhorar a competitividade e criar condições mais equilibradas para o desenvolvimento dos setores do comércio, serviços e turismo com geração de emprego e renda para a população”, completou.



Felipe Soares



Felipe Soares

A CNC esteve representada pela diretora de Relações Institucionais, Nara de Deus, e pelo economista Guilherme Cardoso, que apresentou o estudo



Setor farmacêutico debate agenda regulatória e legislativa

Os principais desafios do varejo farmacêutico brasileiro estiveram no centro da primeira reunião de 2026 da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizada em junho, em Brasília. O encontro marcou o início da coordenação de Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio-RN e diretor da CNC.

Ao assumir a coordenação, Queiroz destacou os desafios do setor. “Vivemos um dos períodos mais complexos das últimas décadas, com mudanças regulatórias, novos modelos de negócio e temas sensíveis no Congresso. Precisamos estar unidos para construir soluções”, afirmou.

A reunião foi moderada pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras de Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, e contou com a participação do 2º vice-presidente da CNC, coordenador-

geral das câmaras setoriais e presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn.

Venda on-line de medicamentos

A revisão da RDC nº 44/2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sobre a venda on-line de medicamentos foi um dos principais temas debatidos.

Representante da Abcfarma, Rafael Espinhel alertou que a discussão envolve impactos concorrenciais e pode transformar a dinâmica do setor, especialmente para as farmácias independentes. Entre os pontos analisados, estiveram o avanço dos marketplaces e dos modelos totalmente digitais, exigindo equilíbrio entre inovação, segurança e competitividade.

O impacto das apostas on-line no orçamento das famílias também entrou na pauta. Segundo Espinhel, o crescimento desse mercado já afeta

o consumo de medicamentos, sobretudo nas regiões de menor renda.

Outro tema foi a implantação do Sistema Nacional de Controle de Receituários (SNCR), previsto na RDC nº 1.000/2026. A medida amplia a rastreabilidade dos medicamentos sujeitos a prescrição especial, mas exige investimentos em tecnologia e capacitação das farmácias.

Agenda legislativa

O acompanhamento dos projetos em tramitação no Congresso teve destaque, especialmente o PL nº 1.559/2021, que institui o piso salarial dos farmacêuticos.

Queiroz lembrou que a CNC apresentou estudos na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados demonstrando que o piso, nos termos propostos, pode elevar os custos com farmacêuticos para mais de R\$ 40 mil mensais por estabelecimento, comprometendo a sustentabilidade das pequenas farmácias e o acesso da população aos serviços.

O coordenador do Executivo da Diretoria de Relações Institucionais (DRI), Douglas Pinheiro, reforçou que a atuação da CNC depende da mobilização das Federações e dos Sindicatos Empresariais. Já a assessora da DRI Ana Isabela de Sousa destacou a importância de ampliar o diálogo com os parlamentares diante da pressão política sobre o tema.

O advogado especialista da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) Cécito Esteves afirmou que a CNC defende avanços responsáveis, compatíveis com a sustentabilidade das empresas.

Descarte de medicamentos

Também foi debatido o PL nº 2.121/2011, sobre o descarte de medicamentos vencidos. O setor defende que novas obrigações considerem a realidade operacional das farmácias, principalmente das pequenas empresas.

A especialista em Sustentabilidade da CNC, Thainy Bressan, alertou para a tentativa de ampliar as responsabilidades do varejo na logística reversa e ressaltou o papel social

das farmácias físicas, especialmente no atendimento à população idosa. Também foi discutida a necessidade de delimitar as competências entre Conselhos Regionais de Farmácia e Vigilância Sanitária para aumentar a segurança jurídica. As propostas de redução da jornada de trabalho, como a PEC nº 221/2019 e o PL nº 1.838/2026, também foram analisadas. A avaliação do setor é que as medidas podem elevar os custos operacionais, sobretudo pela exigência de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento.

Ao encerrar a reunião, Marcelo Queiroz reforçou a importância da união do setor para enfrentar os desafios e fortalecer o comércio farmacêutico brasileiro.

Rafael Espinhel, da Abcfarma, e a especialista em sustentabilidade da CNC, Thainy Bressan



Mardônio Vieira



Mardônio Vieira

Agenda regulatória mobiliza setor de combustíveis

A Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) se reuniu, em 30 de junho, em Brasília, para debater e alinhar a atuação do setor diante de agenda legislativa e regulatória considerada crítica para a cadeia de combustíveis.

A abertura contou com a participação do 2º vice-presidente da CNC, coordenador-geral das câmaras setoriais e presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn. A reunião foi moderada por Andrea Marins, gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS/CNC), e conduzida pelo coordenador da CBCC e presidente da Fecombustíveis, James Thorp Neto, que reforçou a necessidade de maior engajamento do setor.

Reunião reforçou a atuação conjunta em temas estratégicos do setor

Um dos principais destaques foi a atuação recente que levou à retirada de dispositivo de medida provisória que permitiria a instalação de tanques de combustíveis sem fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A mobilização das entidades e da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC evitou riscos à concorrência leal e à segurança do abastecimento, sendo considerada uma vitória estratégica para o setor.

“Imagina o caos que seria isso. Um mercado com todas as exigências e, ao mesmo tempo, qualquer um podendo operar sem fiscalização. Foi uma vitória no laço”, disse James Thorp Neto.

O acompanhamento legislativo, conduzido pelas assessoras de Relações Institucionais da Confederação Michele Trindade e Grazielle Paiva, concentrou-se em proposições com impacto direto no setor. Ao apresentar o cenário, Michele destacou o trabalho contínuo de monitoramento e articulação institucional diante do grande volume de propostas em tramitação.

Entre os temas em análise, estão o Projeto de Lei nº 1.625/2026, que trata da criminalização do aumento abusivo de preços; o PL nº 399/2025, que propõe a criação de uma



Mardônio Vieira



taxa de fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e alterações nas penalidades aplicadas ao setor; o PL nº 4.788/2025, que amplia as exigências de transparência na composição dos preços dos combustíveis; o PL nº 3.592/2020, que estabelece a obrigatoriedade de informações técnicas nos postos; e o PLP nº 114/2026, voltado à mitigação de impactos no setor energético. A estratégia determinada pelo colegiado é intensificar a atuação no Senado em defesa de maior segurança jurídica e equilíbrio regulatório.

RTM de bombas

A implementação do novo Regulamento Técnico Metrológico (RTM) para bombas de combustíveis avançou com a possibilidade de utilização de linhas de crédito já existentes, o que pode acelerar a adequação do setor.

Como encaminhamento, será retomado o diálogo com o Inmetro e aprofundado o levantamento com os fabricantes. “O pior cenário é sermos surpreendidos por uma antecipação de prazo sem preparo. Precisamos participar da construção da solução”, alertou James Thorp Neto.

A possível ampliação das misturas de biocombustíveis foi tratada com atenção. O setor defende que qualquer avanço seja baseado em comprovação técnica e testes robustos. “O nosso mantra é esse: não somos

contra a descarbonização, mas temos que ter responsabilidade e fazer os testes antes”, explicou o presidente da Brasilcom, Abel Leitão.

Além disso, foram apontados desafios relacionados à qualidade do biodiesel e aos impactos do aumento das misturas nos motores e eficiência energética.

Custos operacionais e livre mercado

Nos assuntos gerais, os participantes trouxeram preocupações práticas do dia a dia da revenda, com destaque para o impacto de custos financeiros e operacionais na atividade.

Um dos pontos discutidos foi a cobrança de taxas elevadas em operações com cartões de frota, que, segundo relatos, chegam a superar a margem líquida dos postos.

Também foram levantadas dificuldades enfrentadas por postos de rodovia, especialmente em relação ao frete mínimo e à obrigatoriedade de uso de sistemas de pagamento vinculados, apontados como fontes adicionais de pressão financeira.

O debate evidenciou ainda preocupações com o excesso de intervenção regulatória e a necessidade de preservação dos princípios de livre mercado.

Debates abordaram regulação, custos operacionais e segurança do abastecimento

Fecombustíveis leva demandas do setor a Geraldo Alckmin



Valdenio Vieira/SEAUD-PR

A revenda nacional de combustíveis avançou na interlocução com o governo federal ao apresentar ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, uma agenda prioritária voltada ao fortalecimento do ambiente regulatório, tributário e concorrencial do setor.

Realizado em 24 de junho, em Brasília, o encontro reuniu representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Fecombustíveis e dos Sindicatos filiados, que defenderam a criação de um canal permanente de diálogo com o governo federal. A proposta busca fortalecer a governança do setor e antecipar soluções para desafios regulatórios e econômicos que impactam cerca de 45 mil postos de combustíveis em todo o País.

Na ocasião, a Diretoria da Fecombustíveis entregou um ofício com os principais pleitos da categoria, entre eles a criação de um grupo de trabalho institucional com o governo federal, a adoção da monofasia do ICMS para o etanol hidratado e o Gás Natural Veicular (GNV), a padronização das fiscalizações realizadas pelos Procons

estaduais e municipais e a revisão dos critérios de reajuste dos preços do GNV.

Para o presidente da Fecombustíveis e coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), James Thorp Neto, a reunião representa um avanço no diálogo entre a revenda e o poder público. “Precisamos ser ouvidos e participar mais das decisões, afinal somos o último elo da cadeia de combustíveis e o mais próximo do consumidor”, afirmou.

A CNC esteve representada pela diretora de Relações Institucionais, Nara de Deus, e pelo coordenador do Executivo da DRI, Douglas Pinheiro. Para Nara, a agenda reforça a importância do alinhamento entre o setor produtivo e o poder público na construção de soluções para temas estruturais.

Entre as propostas apresentadas, destaca-se a criação de um fórum permanente entre governo e cadeia de abastecimento para acompanhar, de forma contínua, temas regulatórios, tributários e concorrenciais, fortalecendo o ambiente de negócios e a estabilidade do setor.

Sistema Comércio avalia, em São Paulo, atualização do MEI e do Simples Nacional



Edilson Dias

A atualização dos limites de faturamento do microempreendedor individual (MEI) e do Simples Nacional ganhou destaque em seminário realizado em São Paulo que reuniu representantes do setor produtivo, especialistas e parlamentares para discutir medidas de fortalecimento da competitividade dos pequenos negócios no País.

O encontro, realizado no auditório da Fecomércio-SP, integra os trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/2021, voltado ao novo enquadramento do MEI e à revisão das regras do Simples Nacional.

Na abertura, a presidente da comissão, deputada federal Any Ortiz (PP-RS), destacou que os limites de faturamento permanecem sem atualização há anos, provocando o desenquadramento de empresas em razão da inflação, e não do crescimento real. “Corrigir esse teto é fazer justiça com milhões de empreendedores que geram emprego, renda e movimentam a economia”, afirmou.

Em nome do Sistema Comércio, o presidente da Fecomércio-SP e diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC), Ivo Dall’Acqua Júnior, reforçou a importância do Simples Nacional como instrumento de inclusão produtiva e estímulo ao empreendedorismo. “A economia mudou, mas os parâmetros do Simples ficaram para trás. Empresas que apenas acompanharam a inflação acabam arcando com mais tributos e mais burocracia, sem que tenham, de fato, crescido”, explicou.

Durante o seminário, a Fecomércio-SP apresentou propostas para a modernização do regime tributário, defendendo a atualização integral das faixas de enquadramento do MEI, das microempresas e das empresas de pequeno porte. Para o vice-presidente da entidade e presidente do Conselho de Assuntos Tributários (CAT), Márcio Olivo da Costa, o Simples Nacional deve ser compreendido como uma política pública de desenvolvimento econômico e social.

Os participantes também debateram os impactos da reforma tributária do consumo nos pequenos negócios, destacando a necessidade de garantir previsibilidade, segurança jurídica e um ambiente mais favorável ao investimento, à geração de empregos e ao crescimento das empresas.

Nova legislação avança e reforça necessidade de preparação das empresas

O governo federal pretende adotar uma transição gradual para a implementação do Imposto Seletivo (IS) em 2027, mantendo, no primeiro ano de vigência, o atual nível de carga tributária dos setores afetados. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a prioridade do governo é garantir uma transição segura para empresas e administrações públicas.

A proposta foi apresentada pelo ministro durante o evento “Caminhos do Brasil – Reforma tributária: o que muda a partir de agora”, realizado em 2 de julho, no Rio de Janeiro, numa parceria entre *O Globo*, *Valor Econômico* e CBN, com apoio do Sistema CNC-Sesc-Senac. Segundo o ministro, 2026 será um período de adaptação, sem caráter punitivo, para que contribuintes e entes federativos possam se preparar para o novo modelo tributário antes do início da cobrança plena dos novos tributos.

Técnicos da CNC e o ministro Dario Durigan conversam após o evento

Representando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), participaram do encontro o economista-chefe da entidade, Fabio Bentes, o coordenador do Executivo da Diretoria de Relações Institucionais, Douglas Pinheiro, e o consultor tributário Gilberto Alvarenga.



Dario Durigan explicou que a ideia é negociar com os setores impactados uma transição suave, deixando o debate sobre alíquotas progressivas para 2027, com aplicação efetiva a partir de 2028. Pela reforma tributária, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será extinto em 1º de janeiro de 2027 e parcialmente substituído pelo Imposto Seletivo, que incidirá sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, produtos fumígenos e alguns veículos.

Para entrar em vigor em 2027, o novo tributo precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado até setembro deste ano, respeitando o prazo mínimo de 90 dias previsto para mudanças tributárias.

Durigan afirmou que o Ministério da Fazenda deve divulgar, em breve, as tabelas que zerarão o IPI para a maior parte dos produtos. Paralelamente, serão negociadas as alíquotas do Imposto Seletivo para 2027, em patamar equivalente à atual carga tributária, permitindo que a discussão sobre sua progressividade seja realizada ao longo do próximo ano.

O ministro informou ainda que a determinação da alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) deverá ocorrer ainda em 2026, após análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para a CNC, esse momento exige planejamento e diálogo permanente entre governo e setor produtivo. Desde o início da tramitação da reforma, a entidade defende uma regulamentação que simplifique o sistema tributário, preserve a competitividade dos setores de comércio, serviços e turismo e mantenha a neutralidade da carga tributária, sem prejudicar as empresas de serviços, intensivas em mão de obra e que, em grande medida, não se beneficiarão plenamente da geração de créditos tributários.

Propostas ampliam segurança na transição da reforma tributária

Com a regulamentação da reforma tributária em fase decisiva, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) intensifica sua atuação para garantir uma transição mais equilibrada e previsível para as empresas. Em reunião realizada em Brasília, em 24 de junho, a entidade apresentou à Receita Federal sugestões construídas em conjunto com as Federações do Comércio e as câmaras setoriais.

As contribuições integram a estratégia da CNC de acompanhar ativamente a implementação da reforma sobre o consumo, especialmente no que diz respeito à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), refletindo demandas de diferentes segmentos e regiões do País.

O documento reúne propostas de ajustes normativos e ponderações setoriais voltadas ao fortalecimento da segurança jurídica, à redução dos custos de conformidade e ao aperfeiçoamento da aplicação prática das novas regras. Entre os temas considerados estratégicos, estão o aproveitamento de créditos tributários, a simplificação das obrigações acessórias, regras operacionais mais claras e o aprimoramento do mecanismo de split payment.

As sugestões apresentadas incluem a ampliação das possibilidades de creditamento em despesas essenciais à atividade econômica, a adoção de caráter educativo no período inicial de implementação, maior clareza na aplicação do split payment — especialmente para empresas do Simples Nacional —, determinação de prazos mínimos para adaptação dos sistemas fiscais e mecanismos mais ágeis para devoluções e ressarcimentos tributários.

O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, destacou a importância da participação do setor produtivo no processo de regulamentação. “Apresentamos à Receita Federal as sugestões da CNC, das Federações do Comércio e das câmaras setoriais para transmitir os anseios e as preocupações dos empresários neste momento de transição”, afirmou.

Segundo Alvarenga, a principal preocupação da entidade é assegurar que a implementação das novas regras ocorra sem penalizações indevidas e com previsibilidade para as empresas. A Receita Federal demonstrou abertura para analisar as contribuições, reforçando a continuação do diálogo técnico ao longo do processo de regulamentação.

CNC entrega contribuições construídas com Federações e câmaras setoriais para aprimorar regulamentação da CBS e do IBS



Discussão sobre jornada de trabalho exige diálogo e análise de impactos



O Sistema Comércio levou ao Senado Federal a perspectiva do setor produtivo sobre as propostas que tratam da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, destacando a necessidade de considerar as particularidades das atividades econômicas brasileiras.

Representando a CNC durante a sessão de debates sobre a PEC nº 221/2019, no dia 1º de julho, o presidente da Fecomércio-SP e diretor da Confederação, Ivo Dall'Acqua Júnior, ressaltou que a divergência do setor produtivo não está no propósito da proposta, mas na forma como ela poderá ser implementada. Segundo ele, mudanças estruturais nas relações de trabalho exigem previsibilidade, diálogo e decisões fundamentadas em evidências.

A CNC também defende que as diferentes realidades dos setores econômicos sejam consideradas no processo de discussão. Para a entidade, instrumentos como a negociação coletiva são fundamentais para

permitir soluções equilibradas, capazes de conciliar a proteção dos trabalhadores com a sustentabilidade das empresas.

A sessão reuniu parlamentares, representantes do governo federal, especialistas, entidades empresariais e centrais sindicais. Embora a maioria dos participantes tenha reconhecido a importância do tema, houve divergências sobre o modelo proposto e seus possíveis impactos econômicos.

A discussão sobre a PEC nº 221/2019 segue no Senado, ainda sem data determinada para votação. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, tem articulado o calendário da matéria, dialogando com lideranças políticas e representantes da sociedade. O Sistema Comércio continuará acompanhando a tramitação da matéria e contribuindo tecnicamente para a construção de soluções que promovam emprego, desenvolvimento econômico e melhores condições de trabalho de forma sustentável.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Com ampla participação de entidades e governo, a CNC reforça necessidade de avaliar efeitos sobre produtividade, emprego e custo de vida

Acordo nacional estabelece diretrizes para o trabalho em grandes eventos

Fruto do diálogo entre governo, empregadores e trabalhadores, o Pacto pelo Trabalho Decente em Grandes Eventos contou com a participação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em sua assinatura, realizada em 25 de junho, em Brasília. A iniciativa busca consolidar boas práticas, ampliar a formalização e promover condições de trabalho dignas em um dos segmentos que mais crescem no País.

Coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o pacto estabelece diretrizes voltadas à promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis em toda a cadeia produtiva dos grandes eventos, do planejamento à desmontagem das estruturas.

A iniciativa foi construída de forma consensual entre representantes do setor produtivo, trabalhadores e governo federal e será implementada por meio de uma mesa permanente de diálogo, responsável por acompanhar a aplicação das diretrizes e propor ações concretas.

Entre os principais eixos do pacto, estão a promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis, o fortalecimento da negociação coletiva, a disseminação de boas práticas trabalhistas, o estímulo à formalização das relações de trabalho e o combate ao trabalho infantil e ao trabalho análogo ao escravo. O documento também prevê a adesão voluntária de empresas do setor.

Representando a Confederação, o presidente da Fecomércio-SP e diretor da CNC, Ivo Dall'Acqua Júnior, destacou a importância econômica do segmento. "Essa é uma área que cresce muito no País e tende a se multiplicar. Os eventos movimentam uma



Mardônio Vieira



Mardônio Vieira

cadeia ampla, geram emprego, renda e bem-estar", afirmou.

Dall'Acqua ressaltou ainda que a participação da CNC reforça o compromisso do setor produtivo com relações de trabalho mais equilibradas. "Estamos contribuindo para a evolução de relações mais decentes e equilibradas entre capital e trabalho. Esse compromisso nos honra e reforça a responsabilidade do setor produtivo", completou.

A assinatura do pacto representa avanço na construção de um ambiente de negócios mais responsável e alinhado às melhores práticas trabalhistas para o setor de grandes eventos.

Ação tripartite cria diretrizes para relações de trabalho mais seguras, formais e sustentáveis no setor

STF suspende por 90 dias punições da NR-1 alinhadas ao pleito da CNC

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, em 25 de junho, a suspensão, por 90 dias, da aplicação de multas e outras penalidades previstas nos dispositivos da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) que tratam dos fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. A decisão cautelar atende à ADPF nº 1.316 e abre espaço para a construção de uma solução consensual sobre o tema.

Com a liminar, as empresas não poderão ser autuadas ou penalizadas com base exclusivamente nesses dispositivos durante o período estabelecido. A medida ainda será analisada pelo Plenário do STF.

A inclusão dos riscos psicossociais na NR-1 tem sido objeto de debates entre governo, trabalhadores e setor produtivo, sobretudo em razão da subjetividade de alguns critérios previstos para sua aplicação prática nas empresas. Entre as principais preocupações, estão a necessidade de parâmetros técnicos mais objetivos e a garantia de segurança jurídica durante o processo de adaptação às novas exigências.

A decisão foi proferida em ação diferente da ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a ADPF nº 1.340, protocolada no dia 22 do mesmo mês e que também questiona aspectos da aplicação da NR-1 relacionados aos riscos psicossociais. Na ação, a CNC defende que a regulamentação estabeleça critérios objetivos e garanta segurança jurídica para empresas e trabalhadores.

A liminar não revoga nem suspende a NR-1. As diretrizes de prevenção e as demais normas de saúde e segurança do trabalho continuam em vigor. O que fica suspenso, por 90 dias, é apenas a aplicação de multas e outras penalidades com base nos dispositivos questionados.

Paralelamente à atuação no Judiciário, a CNC acompanha as discussões sobre a norma no âmbito do Poder Executivo, por meio da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) e dos grupos técnicos dela derivados, como o Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) da NR-1.

shutterstock



Comércio reitera defesa da isonomia tributária nas importações

Durante reunião no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em 9 de julho, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) reforçou que a ausência de isonomia tributária entre produtos nacionais e importados tem provocado desequilíbrios concorrenciais, afetando diretamente o comércio, a indústria e a geração de empregos no País.

O encontro reuniu representantes do setor produtivo e do governo federal para discutir os impactos da medida provisória que isenta de tributação as remessas internacionais de até 50 dólares, com foco na competitividade das empresas brasileiras e nos reflexos para o mercado interno.

Representando o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, o diretor da CNC e presidente da Fecomércio-SC, Hélio Dagnoni, levou ao ministério a preocupação da Confederação e das Federações do Comércio em todo o País. Segundo ele, o tema tem impacto direto na sustentabilidade do setor. “Como a CNC, outras Federações do Brasil e todos que representam o comércio de bens, serviços e turismo, nós ficamos preocupados com essa medida provisória e já vemos reflexos no setor”, afirmou.

Dagnoni também ressaltou a importância de estabelecer condições mais equilibradas de concorrência, observando que diversos países utilizam a tributação sobre importações de baixo valor como instrumento de proteção à produção local e à competitividade da indústria.

Durante a reunião, a CNC informou que vem desenvolvendo estudos sobre os impactos das políticas de importação para subsidiar o debate técnico com o governo federal. Levantamento da Gerência Executiva de Análise, Desenvolvi-



mento Econômico e Estatístico (Geade) aponta que, após a implementação da chamada “taxa das blusinhas”, houve redução de 33% no volume de remessas internacionais, enquanto a arrecadação do imposto de importação cresceu 336%, evidenciando mudanças relevantes no comércio eletrônico internacional e na formalização das operações.

Outro estudo, em fase final de consolidação, avalia os impactos da recente retirada do imposto e será encaminhado ao MDIC nos próximos dias para subsidiar a análise do governo e a construção de alternativas para o setor.

O ministro demonstrou preocupação com os efeitos da falta de paridade tributária sobre a competitividade das empresas brasileiras e reforçou o compromisso de manter o diálogo com o setor produtivo. Ao final da reunião, colocou o ministério à disposição para receber as contribuições técnicas da CNC e avaliar possíveis cenários em articulação com o Congresso Nacional.

A agenda reforça a atuação institucional do Sistema CNC-Sesc-Senac na defesa do comércio de bens, serviços e turismo, com base em dados técnicos e no diálogo permanente com o poder público.

CNC alerta para distorções concorrenciais e reforça necessidade de proteger comércio e indústria nacionais



Desenvolvimento de equipes ganha novo foco

O desenvolvimento das pessoas que fazem o Sistema Comércio acontecer ganha novo protagonismo no ciclo 2026 do Programa Atena. No pilar de Desenvolvimento de Pessoas, a categoria Sabedoria Atena passa a valorizar, de forma ainda mais clara, a capacidade de compreender, se especializar e aplicar o aprendizado na prática dentro da Federação ou do Sindicato Empresarial em que o aluno atua.

A mudança acompanha a própria evolução da UniCNC como ferramenta estratégica de fortalecimento institucional. Hoje, a plataforma reúne mais de 1.350 alunos e um portfólio em expansão, com trilhas, cursos, boas práticas, eventos e conteúdos para o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e institucionais. Esse crescimento também se reflete no uso: foram mais de 60 mil horas de treinamento em 2024 e mais de 103 mil horas em 2025. Mesmo com a ampliação do portfólio, que passou de 280 conteúdos em 2024 para 413 em 2025 e já ultrapassa 500 conteúdos em 2026.

Cerca de 100 alunos concluíram todos os cursos e atividades disponíveis nos ciclos anteriores. Esse desempenho demonstrou engajamento dos participantes e evidenciou a necessidade de evoluir o modelo de reconhecimento para valorizar o conhecimento adquirido, a especialização temática e a aplicação prática do aprendizado nas entidades. Por isso, em 2026, o engajamento continua importante, mas deixa de ser o único fator de destaque. A nova

lógica da categoria Sabedoria Atena amplia o olhar sobre a aprendizagem, incorporando as Avaliações de Aprendizagem (AVAs) e o Compartilhamento de Conhecimento Aplicado como instrumentos para reconhecer quem estuda, compreende e transforma conteúdo em melhoria concreta para sua entidade.

Valorização do conhecimento

Essa evolução é relevante na premiação dos Top Alunos. Antes, o reconhecimento estava associado ao volume de cursos concluídos, horas de treinamento, eventos assistidos e uso recorrente da UniCNC. Agora, o modelo passa a considerar também o conhecimento adquirido e sua conexão com os eixos de atuação sindical. Com isso, os alunos deixam de concorrer apenas em uma classificação geral e passam a indicar o eixo temático em que desejam se aprofundar.

Uma formação ampla e multidisciplinar continua sendo valorizada, mas o novo desenho também incentiva a especialização, fortalecendo a qualidade técnica das equipes. O movimento se conecta com uma agenda mais ampla do Programa Atena, que inicia um trabalho estruturado de desenvolvimento de lideranças sindicais para os próximos anos, envolvendo presidentes, diretores e executivos. Afinal, entidades mais fortes dependem de pessoas preparadas, lideranças inspiradoras e equipes capazes de transformar conhecimento em ação.

PRÊMIO ATENA

O novo modelo de reconhecimento do Prêmio Sabedoria Atena vai considerar toda a trajetória de aprendizagem dos participantes, valorizando não apenas o acesso aos conteúdos, mas também a compreensão dos temas e a aplicação prática do conhecimento na rotina das entidades. O engajamento na UniCNC responderá por 30% da pontuação final, com base no consumo dos conteúdos disponibilizados ao longo do ciclo, reconhecendo a participação contínua e o compromisso do aluno com seu desenvolvimento profissional. Já as Avaliações de Aprendizagem (AVAs) representarão 60% da nota e serão compostas por uma prova de Conhecimento Geral e outra de Conhecimento Específico, a ser elaborada conforme o eixo temático escolhido.

Os 10% restantes da pontuação serão atribuídos ao Conhecimento Aplicado, etapa em que o participante deverá demonstrar, em resposta dissertativa, como utilizou os conhecimentos adquiridos e quais resultados ou melhorias alcançou em sua atuação profissional. A premiação também passa por mudanças: em vez do tradicional Top 10, serão reconhecidos os dois melhores colocados de cada um dos seis eixos temáticos, totalizando 12 premiados e 30 participantes reconhecidos.



PRÊMIO ATENA 2026

As Avaliações de Aprendizagem contam pontos!

Sua participação nas Avaliações de Aprendizagem (AVA) da UniCNC também contam pontos, na categoria Sabedoria Atena do Prêmio Atena 2026.

COMO PARTICIPAR?

- Confirme sua presença 17/08 a 30/09
- Realização da AVA 09/11 a 30/11

Para escolher o eixo de atuação sindical e obter mais informações, basta acessar o formulário disponível ao lado ou consultar a assistente virtual indicada na descrição.



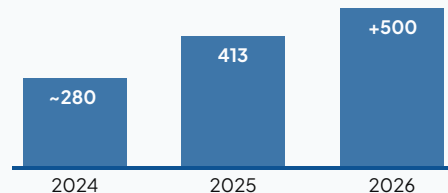
PROGRAMA AMPLIA FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E VALORIZA APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

UNICNC EM EXPANSÃO



O crescimento da UniCNC acompanha o fortalecimento do pilar Desenvolvimento de Pessoas no Sistema Comércio. Hoje, a plataforma reúne mais de 1.350 alunos e ultrapassa 500 conteúdos. O crescimento foi contínuo: aproximadamente 280 conteúdos em 2024, 413 em 2025 e mais de 500 em 2026. No mesmo período, as horas de treinamento cresceram de 60 mil para mais de 103 mil.

CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM DISPONÍVEIS NA UNICNC



SABEDORIA ATENA: ALÉM DO ENGAJAMENTO



Em 2026, a Sabedoria Atena combina engajamento na UniCNC, realização de Avaliações de Aprendizagem (AVAs) e Compartilhamento de Conhecimento Aplicado. Em ciclos anteriores, cerca de 100 alunos concluíram todo o portfólio disponível. Agora, o reconhecimento vai valorizar também compreensão, especialização e aplicação prática.

TOP ALUNOS POR EIXO TEMÁTICO



Cada aluno deve indicar o eixo de atuação sindical em que deseja concorrer por meio do QR Code do formulário das AVAs. O formulário orienta a escolha do eixo e, se houver dúvidas sobre qual caminho seguir, a assistente virtual auxilia o participante a identificar a opção mais alinhada ao seu perfil e aos seus objetivos de desenvolvimento.

PADRE CÍCERO E JUAZEIRO – PARTE II

A segunda parte da série de três artigos do consultor da Presidência da CNC, Bernardo Cabral, sobre Padre Cícero resgata episódios centrais de sua trajetória em Juazeiro, destacando sua atuação pastoral e a controvérsia em torno do suposto milagre envolvendo a beata Maria de Araújo. O texto fala das investigações da Igreja, da repercussão nacional do caso e das consequências que marcaram a vida do sacerdote.

Foi assim, com essa missão, que se instalou no então pequeno lugarejo, formado por um reduzido número de casas de taipa e uma capelinha, e começou a desenvolver um intenso trabalho pastoral que resultou no término do excesso da bebedeira e prostituição. Com a certeza de que os fortes não recuam, com a bravura dos que não temem e seguro da missão que Deus lhe confiara, transformou a rotina do lugarejo para sempre. E mais: conta-se que a ele se deve o milagre acontecido quando, ao participar de uma comunhão geral por ele oficiada, uma beata, de nome Maria de Araújo, “ao receber a hóstia consagrada, não pôde degluti-la porque a mesma se transformou em sangue”, fato que se repetiu outras vezes, motivando que o povo interpretasse como “um milagre autêntico,

eis que as toalhas com as quais se limpava a boca da beata ficavam manchadas de sangue” e, desse modo, merecendo a veneração de toda a população. Com isso e a repercussão nos jornais, o povoado passou a ser alvo de peregrinação para “ver a beata e adorar os panos tintos de sangue”.

Como era previsível, o padre Cícero foi chamado ao Palácio Episcopal, em Fortaleza, a fim de prestar esclarecimentos aos fortes comentários que envolviam o episódio. A princípio, o bispo (D. Joaquim José Vieira) acomodou-se com o relato, mas, a seguir, pressionado por determinadas correntes da Igreja (não aceitavam a versão do milagre), determinou a investigação oficial dos fatos, nomeando uma comissão integrada por dois sacerdotes, os quais, após assistirem às transformações e examinado a beata, tiveram o cuidado de concluir que se tratava de um acontecimento divino. Todavia, por motivos desconhecidos, o bispo nomeou outra comissão, também constituída de dois sacerdotes, e esta, de forma pressurosa, convocou a beata, deu-lhe a comunhão e não tendo presenciado nada fora do habitual, concluiu: “Não houve milagre”. O que motivou a aceitação do bispo.

Essa postura – como assinalaram aqueles que acreditavam no milagre – agravou-se quando o Relatório do Inquérito foi enviado à Santa Sé, em Roma, e ali confirmado o acolhimento do bispo, pelo que foi reservada ao padre Cícero a punição de “suspensão de ordem”, da qual, durante toda a sua vida, não conseguiu a sua revogação.



Com a certeza de que os fortes não recuam, com a bravura dos que não temem e seguro da missão que Deus lhe confiara, transformou a rotina do lugarejo para sempre”



Bernardo Cabral
é consultor da
Presidência da CNC

ESCUITA ATIVA DO SETOR PRODUTIVO

A diretora de Relações Institucionais da CNC, Nara de Deus, destaca neste artigo a importância da Agenda dos Presidenciais 2026 como instrumento de diálogo entre o setor produtivo e os pré-candidatos à Presidência. Construída com base em ampla escuta empresarial, a iniciativa reúne propostas para fortalecer a competitividade, a segurança jurídica e o desenvolvimento sustentável do País.

O Sistema CNC-Sesc-Senac promoveu, em julho, a entrega da Agenda dos Presidenciais 2026 a pré-candidatos à Presidência da República. A iniciativa reuniu lideranças empresariais, Federações e Sindicatos com o objetivo de criar um ambiente institucional de diálogo, no qual diagnósticos e propostas do Sistema Comércio pudessem ser submetidos ao debate público e cotejados com as prioridades apresentadas pelos participantes.

A Agenda foi construída com base em um processo de escuta ativa do setor produtivo em todas as regiões do País. O documento reúne propostas distribuídas em sete eixos estratégicos e orientadas pelos pilares da democracia, da segurança jurídica e do livre mercado. Seu conteúdo apresenta diagnósticos e caminhos para temas de interesse nacional, como modernização do Estado, equilíbrio fiscal, infraestrutura, qualificação profissional, inovação, combate à ilegalidade e aprimoramento do ambiente de negócios.

O encontro estabeleceu um diálogo direto e propositivo com os pré-candidatos Ronaldo Caiado e Romeu Zema. Na ocasião, a CNC conduziu questionamentos sobre redução do Custo Brasil, eficiência do gasto público, endividamento empresarial e geração de empregos. A exposição pública desses posicionamentos visou qualificar o debate eleitoral e criar referenciais objetivos para o acompanhamento dos compromissos apresentados.

Esse movimento integra representação, produção técnica e incidência institucional do Sistema Comércio, com o intuito de conferir unidade às prioridades do setor, qualificar o processo decisório e oferecer uma base permanente para o relacionamento com os tomadores de decisão.

A CNC, portanto, ultrapassa a apresentação de reivindicações e se posiciona como protagonista na construção da agenda nacional, acompanhando a conversão de propostas em medidas capazes de ampliar investimentos, produtividade, emprego e renda, além de fomentar o crescimento sustentável do País.



A CNC conduziu questionamentos sobre redução do Custo Brasil, eficiência do gasto público, endividamento empresarial e geração de empregos. A exposição pública desses posicionamentos visou qualificar o debate eleitoral e criar referenciais objetivos para o acompanhamento dos compromissos apresentados”



Nara de Deus

é diretora de Relações Institucionais da CNC



Pesquisas
Econômicas

CNC





Bons lances, placar indefinido

Em tempos de Copa, o brasileiro foi lembrado de que um bom primeiro tempo não garante classificação. No futebol, como na economia, expectativa não entra em campo sozinha: é o desempenho ao longo da partida que determina o resultado. Os indicadores de junho mostram um cenário de leve melhora. A confiança dos empresários voltou a crescer, as famílias seguem dispostas a consumir, e o endividamento recuou. Ainda assim, juros elevados, inflação e incertezas mantêm a cautela presente nas decisões de compra e investimento.

Os dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revelam uma economia em fase de ajuste. Há sinais positivos em diferentes frentes: a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) alcançou o maior patamar para um mês de junho desde 2015, os bens duráveis voltaram a ganhar espaço no orçamento dos consumidores e o crédito começa a mostrar sinais de acomodação após meses de pressão. Ao mesmo tempo, empresários seguem atentos ao cenário econômico, as perspectivas para o mercado de trabalho perderam força e o custo do dinheiro continua pesando sobre novas decisões.

O comportamento de consumidores e empresários traduz esse momento. Há mais disposição para avançar, mas sem perder de vista os riscos pelo caminho. A confiança voltou a aparecer, embora acompanhada de uma dose de ponderação.

O comércio encerra o primeiro semestre em uma posição melhor do que começou, mas ainda longe de levantar a taça. Assim como na Copa, não basta dominar a partida e criar oportunidades: é preciso transformar desempenho em resultado.

ICF cresce no menor ritmo do ano, com cautela sobre emprego no radar

Após sete meses de avanço, a intenção de consumo das famílias perdeu velocidade em junho, mas segue em terreno positivo. O Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), subiu 0,1% no mês, para 105,5 pontos, o maior patamar para junho desde 2015.

A desaceleração foi influenciada pela piora nas expectativas em relação ao mercado de trabalho. O indicador de Perspectiva Profissional recuou 0,2% na comparação mensal e acumula queda de 6,3% em 12 meses, refletindo uma postura mais cautelosa das famílias diante dos próximos meses.

O cenário atual ainda é avaliado de forma positiva. O componente Emprego Atual avançou 0,2% em junho e registra alta de 1,8% em um ano. Segundo a pesquisa, 42,2% dos consumidores consideram que o mercado de trabalho oferece boas oportunidades.

Entre os indicadores que apontam uma recuperação do consumo, a Perspectiva de Consumo avançou 0,5% no mês e acumula alta de 2,9% em 12 meses. Os bens duráveis seguem como destaque. O indicador que mede o momento para compra desses produtos cresceu 1,2% em junho e 20,3% em relação ao mesmo período de 2025. A desaceleração dos preços aumentou o acesso das famílias a itens de maior valor: em 12 meses, a inflação dos bens duráveis ficou em 0,78%, abaixo do IPCA acumulado de 4,72%.

Para a economista da CNC Catarina Carneiro, a queda dos preços criou condições mais favoráveis para a compra desses produtos, embora fatores externos, como câmbio e commodities, ainda tragam incertezas.

Na comparação anual, a ICF acumula alta de 3,2%. O avanço continua concentrado entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, que cresceram 3,6% no período. Já entre os consumidores de maior renda, a intenção de consumo aumentou 0,5% em junho, apoiada por uma percepção mais positiva sobre o emprego.

INTENÇÃO DE COMPRA

Bens duráveis registram alta anual expressiva na intenção de compra.



>> ICF

é um indicador com capacidade de medir a avaliação que os consumidores fazem de aspectos importantes da condição de vida de sua família, como capacidade de consumo e condições de crédito.

CNC



A redução dos preços dos bens duráveis abriu uma janela de oportunidade para o consumo”



Catarina Carneiro
economista da CNC

Crédito dá sinais de trégua, mas recuperação ainda depende dos juros

Depois de meses de avanço contínuo, o endividamento das famílias brasileiras deu uma pausa. Em junho, 81,6% dos lares relataram possuir dívidas a vencer, mesmo percentual registrado em maio. A inadimplência também ficou estável, em 29,9%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A estabilidade, porém, não significa que o cenário tenha voltado ao normal. O volume de famílias com parcelas comprometidas por prazos superiores a um ano ficou inalterado em 33,3%. Na comparação com junho de 2025, tanto o endividamento quanto as contas em atraso seguem mais elevados. A diferença é que os dados recentes mostram uma mudança na qualidade desse endividamento.

Cresceu a parcela de famílias que se consideram pouco endividadas, enquanto o grupo que afirma não ter condições de pagar suas dívidas recuou levemente, de 12,3% para 12,2%. O tempo médio de atraso também caiu, pela segunda vez consecutiva, para 64,8 dias, indicando menor pressão financeira.

Para o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, os resultados coincidem com os primeiros meses de funcionamento do Desenrola 2.0, mas ainda é cedo para atribuir ao programa uma mudança estrutural. “Os efeitos mais consistentes da renegociação devem aparecer apenas nos próximos meses, à medida que os acordos forem amadurecendo e se refletirem nos indicadores”, afirma.

Apesar do alívio, a CNC projeta que o endividamento ainda pode crescer nos próximos meses. A consolidação de um ambiente de crédito mais favorável dependerá, sobretudo, da continuação da renegociação de dívidas e de uma trajetória de redução da taxa básica de juros.

>>> PEIC

é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com 18 mil consumidores.

CNC



A situação é de estabilidade do endividamento no mês de junho. Mas ainda é muito cedo para indentificar uma tendência de queda da inadimplência”

Fabio Bentes

economista-chefe da CNC

CONTAS EM ATRASO

**29,9%**

das famílias brasileiras permaneceram com contas em atraso em junho.

Confiança ensaia reação no comércio, apesar dos desafios econômicos

Depois de dois meses de cautela, o empresário do comércio voltou a enxergar sinais um pouco mais favoráveis para os negócios. Em junho, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) subiu 0,2% e chegou a 102,6 pontos, mantendo-se acima da linha dos 100 pontos, que separa confiança de pessimismo.

A recuperação foi puxada pelo comércio de bens semiduráveis, especialmente pelos segmentos de roupas, calçados, tecidos e acessórios, que avançaram 1,1% e alcançaram 105,4 pontos. Já os ramos de bens duráveis recuaram 0,7%, enquanto os de não duráveis registraram leve queda de 0,1%.

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, o resultado indica uma melhora das expectativas dos empresários, mas ainda exige cautela diante da inflação e dos juros elevados. Segundo ele, a consolidação desse movimento depende de um ambiente econômico mais previsível, capaz de estimular investimentos e fortalecer a atividade empresarial.

O componente de expectativas avançou 0,7%, chegando a 127,4 pontos, após dois meses de retração. Entre os lojistas de roupas, calçados, tecidos e acessórios, a alta foi de 4,1%, e 57,1% dos empresários acreditam em melhora da economia nos próximos meses.

Em contrapartida, a avaliação das condições atuais caiu 1%. Hoje, 75,9% dos empresários percebem piora no cenário econômico, o maior percentual desde outubro de 2025.

Na comparação anual, o Icec segue 2,2% abaixo do registrado em junho de 2025. Para o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, a confiança deve seguir oscilando enquanto persistirem as incertezas do cenário econômico, o que mantém os empresários cautelosos, apesar dos sinais moderados de recuperação.

> ICEC

é um indicador mensal antecedente, apurado entre os tomadores de decisão das empresas do varejo. A amostra é composta por seis mil empresas de todo o País.

PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS

Maior percentual avalia que o cenário econômico piorou.



75,9%



CNC



Os sinais de recuperação existem, mas a cautela ainda faz parte da rotina do empresário”

Fabio Bentes,
economista-chefe da CNC



EMPREENDEDORISMO JOVEM

“O programa surgiu a partir das pautas debatidas pela nossa Câmara do Jovem Empresário para impulsionar a atividade empreendedora, especialmente nos setores do comércio de bens, serviços e turismo e hoje beneficiará toda a capital.”

Kelsor Fernandes,

presidente do Sistema Fecomércio-BA, sobre o programa municipal Meu Primeiro Negócio, lançado pela Prefeitura de Salvador

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

“Preparar pessoas para as novas demandas do mercado é uma das formas mais efetivas de contribuir para o desenvolvimento dos negócios e para a geração de oportunidades.”

Idalberto Moro,

presidente do Sistema Fecomércio-ES, sobre a implantação de uma nova unidade do Senac, durante reunião com o Sindilojas e o Sindivarejista Serra



EDUCAÇÃO E FUTURO

“Quando educação e qualificação profissional caminham juntas, transformam vidas. Nosso compromisso é seguir investindo em uma formação que abre portas, amplia oportunidades e prepara os jovens para o futuro.”

Darci Piana,

presidente do Sistema Fecomércio-PR, sobre o Encontro do Ensino Médio Integrado Sesc-Senac no Estado





Turismo e Hospitalidade



Alinhamento em benefício do turismo

Antes de conferir as iniciativas desenvolvidas pelas Federações do Comércio em diferentes regiões do País, esta edição destaca uma agenda estratégica conduzida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para fortalecer a representação institucional do setor. Em Brasília, uma reunião conjunta entre o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) e a Rede Nacional de Aperfeiçoamento de Legislações (Renalegis) marcou uma nova etapa da articulação nacional em defesa do turismo brasileiro. O encontro reuniu representantes das Federações do Comércio para alinhar prioridades, transformar demandas do setor em propostas legislativas e ampliar a interlocução com os Poderes Executivo e Legislativo, preparando ainda a construção das agendas estaduais que serão apresentadas aos candidatos aos governos locais.

A edição também traz ações que demonstram o protagonismo do Sistema Comércio no desenvolvimento do turismo em todo o Brasil. No Espírito Santo, a Fecomércio participou da construção de estratégias para aumentar a promoção internacional do destino por meio do Plano Brasis. No Rio Grande do Sul, a Fecomércio-RS reforçou a articulação institucional para impulsionar o turismo em Gramado e na Região das Hortênsias. No Tocantins, o Cetur apoiou o Congresso Brasileiro de Paleontologia e apresentou o programa Vai Turismo como instrumento de desenvolvimento regional. Já no Ceará, durante o 42º Congresso da COCAL, a Fecomércio-CE evidenciou o papel integrado do Sistema S na qualificação profissional e no fortalecimento do turismo de eventos, segmento que movimenta toda a cadeia produtiva e contribui para a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico.



Integração entre Cetur e Renalegis amplia articulação para fortalecer o setor

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) promoveu, no dia 9 de julho, em Brasília, uma reunião conjunta entre o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da entidade e a Rede Nacional de Aperfeiçoamento de Legislações (Renalegis), reunindo coordenadores estaduais de turismo e representantes da Renalegis das Federações do Comércio de todo o País. O encontro marcou um novo passo na integração entre as duas redes da Confederação, com foco na construção de uma atuação institucional mais coordenada, capaz de transformar as principais demandas do setor produtivo em propostas legislativas e políticas públicas.

“Uma agenda comum entre a CNC, o Cetur, a Renalegis e as Federações fortalece nossa representação”, disse Sampaio

Ao longo da programação, foram debatidos temas estratégicos para o ambiente de negócios e para o desenvolvimento do turismo brasileiro, entre eles o marco regulatório das plataformas digitais e da inteligência artificial, o combate ao comércio ilegal, a proposta de redução da jornada de trabalho no modelo 6x1, a Agenda Conectar,

a isonomia concorrencial, a atualização do Simples Nacional, a regulamentação da reforma tributária e os mecanismos para converter recomendações técnicas em pautas legislativas e políticas públicas.

Na abertura dos trabalhos, o diretor da CNC responsável pelo Cetur, Alexandre Sampaio, destacou que o encontro simboliza um processo permanente de alinhamento entre os Estados e a atuação nacional da Confederação. Segundo ele, a construção de uma agenda comum permitirá fortalecer o diálogo com os futuros candidatos aos cargos eletivos e garantir que as prioridades do turismo estejam presentes nos programas de governo.

Sampaio ressaltou que a integração entre as áreas vai permitir atualizar continuamente as pautas prioritárias do setor, respeitando tanto os interesses nacionais quanto as especificidades regionais. Para ele, esse processo de troca permanente fortalece a atuação institucional da CNC e amplia a capacidade de influência nos Poderes Executivo e Legislativo.

“A construção de uma agenda comum entre a CNC, o Cetur, a Renalegis e as Federações fortalece nossa representação e garante que as prioridades do turismo cheguem de forma coordenada aos candidatos e aos formuladores de políticas públicas.”

Integração intensifica atuação nos Estados

A diretora de Relações Institucionais da CNC, Nara de Deus, enfatizou que a integração entre o Cetur e a Renalegis representa um dos principais eixos da atuação institucional da Confederação. Segundo ela, depois da realização da Agenda dos Presidênciaáveis 2026,

Mardônio Vieira e Cristiano Eduardo





que aconteceu, em 8 de julho, em Brasília, chegou o momento de expandir esse trabalho para os Estados, aproximando ainda mais o turismo das agendas legislativas regionais.

Para Nara de Deus, a construção conjunta das propostas vai possibilitar que as Federações do Comércio, Sesc e Senac fortaleçam o diálogo com candidatos aos governos estaduais, levando recomendações estruturadas para fomentar o desenvolvimento do comércio de bens, serviços e turismo em cada unidade da Federação.

“O momento agora é espalhar esse trabalho para os Estados. Quanto mais integrados estivermos, melhor vamos desenvolver e fortalecer a representatividade do Sistema Comércio”, destacou.

Agenda estadual será prioridade

A gerente do Cetur, Aline Lopes, explicou que a reunião foi planejada para preparar as equipes estaduais para uma nova etapa da atuação institucional da CNC, que é a construção das agendas estaduais com os candidatos aos governos locais.

Segundo ela, após a conclusão da Agenda dos Presidenciáveis, iniciativa que reuniu os principais pré-candidatos à Presidência da República para discutir propostas para o setor produtivo, o foco passa a ser a articulação regional.

A gerente do Cetur enfatizou que as recomendações produzidas pelo Programa Vai Turismo servirão como base para esse

trabalho, especialmente o conjunto de propostas de políticas públicas elaborado especificamente para o turismo.

Ela também reforçou que o encontro foi concebido como um espaço de construção coletiva, estimulando a participação dos coordenadores estaduais para compartilhar experiências, desafios e boas práticas.

“Precisamos dessa atuação conjunta, principalmente entre Renalegis e Cetur nos Estados, para que as nossas propostas e recomendações estejam presentes nos planos de governo”, afirmou.

Influência institucional

Representando a Diretoria de Relações Institucionais (DRI), o coordenador legislativo, Felipe Miranda, ressaltou que a reunião buscou materializar, na prática, a integração entre as duas estruturas da CNC.

Segundo ele, o objetivo é eliminar qualquer percepção de atuação isolada entre Cetur e Renalegis, consolidando uma única rede institucional em defesa dos interesses do comércio, dos serviços e do turismo.

“A ideia é mostrar que existe, de fato, uma integração aqui na CNC e levar esse modelo para os Estados”, afirmou.

Miranda lembrou que a força da Renalegis está justamente na atuação em rede, coordenada nacionalmente pela CNC, mas executada pelas Federações do Comércio.

Reunião conjunta reuniu coordenadores estaduais de turismo e representantes da Renalegis das Federações do Comércio para alinhar estratégias

Espírito Santo intensifica promoção internacional

A Fecomércio-ES, por meio da Câmara Empresarial de Turismo (CET-ES), participou da Oficina de Diagnóstico da Implementação do Plano Brasis no Espírito Santo, em 8 de julho. A iniciativa, promovida pela Embratur em parceria com o Sebrae e o Governo do Estado, reuniu representantes de diversas instituições para discutir estratégias voltadas ao fortalecimento da promoção turística internacional do Espírito Santo.

Durante o encontro, foram debatidos os eixos estratégicos do Plano Brasis e construído um diagnóstico colaborativo dos desafios e oportunidades para ampliar a competitividade do turismo capixaba no mercado internacional.



Fecomércio-ES

Fecomércio-RS analisa iniciativas em Gramado

O presidente da Fecomércio-RS e do Instituto Fecomércio-RS de Pesquisa (IFEP), Luiz Carlos Bohn, recebeu, no dia 9 de julho, a presidente da GramadoTur, Rosa Helena Pereira Wolk, e o presidente do Sindilojas Região das Hortênsias, Sandro Schimidt, para uma

reunião de fortalecimento do turismo em Gramado e na Região das Hortênsias.

Durante o encontro, foram discutidos o planejamento de ações e as iniciativas estratégicas para impulsionar o

desenvolvimento do setor turístico, além de valorizar eventos que fomentam o fluxo de visitantes e contribuem para a dinamização da economia local.

A agenda também contemplou o alinhamento entre as instituições para o acompanhamento de projetos estratégicos voltados ao fortalecimento do turismo regional, além da determinação de prioridades e do compartilhamento de iniciativas de interesse comum.



Fecomércio-RS

Cetur-TO apoia evento na UFT e divulga programa Vai Turismo



O Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da Fecomércio-TO (Cetur) esteve presente na Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Palmas, durante a programação do XXIX Congresso Brasileiro de Paleontologia para apoiar o evento e divulgar o programa Vai Turismo, iniciativa da Confederação Nacional do Comércio de

Bens, Serviços e Turismo (CNC). Realizado de 6 a 10 de julho, no Campus de Palmas da UFT, o congresso reuniu pesquisadores, estudantes, professores, profissionais da área e representantes de diferentes instituições para debater a Paleontologia no Brasil, com o tema A Paleontologia no Brasil Profundo: Encontro de Saberes e Diversidade.

Fecomércio-CE destaca papel do Sistema S no COCAL

O presidente da Fecomércio-CE, Luiz Fernando Bittencourt, participou, no dia 2 de julho, do 42º Congresso da Associação Latino-Americana da Indústria de Eventos (COCAL), realizado no Centro de Eventos do Ceará (ver nota na página 12 e reportagem na 66). “Poucos segmentos têm um impacto tão amplo quanto o setor de eventos. Cada congresso, feira ou convenção movimenta toda a cadeia do turismo, da hotelaria ao pequeno comércio, passando por restaurantes, transporte e diversos prestadores de serviços. Gera negócios, empregos, renda e oportunidades para milhares de pessoas. Fortalecer o setor de eventos é fortalecer toda essa cadeia produtiva”, afirmou.

No painel, Luiz Fernando apresentou a atuação integrada da Fecomércio, do Sesc e do Senac na representação empresarial, na qualificação profissional e na oferta de

serviços voltados ao turismo, à cultura, ao lazer e à educação profissional. Em sua apresentação, o presidente destacou que a competitividade de um destino turístico depende da qualificação dos profissionais envolvidos na realização de eventos.





Divulgação

Sustentabilidade no centro da Agenda dos Presidenciais



A sustentabilidade ocupa posição de destaque na Agenda dos Presidenciais 2026, elaborada pelo Sistema CNC-Sesc-Senac (ver reportagem de capa na página 14). Mais do que um compromisso ambiental, o documento apresenta um modelo de desenvolvimento em que competitividade, inovação e preservação dos recursos naturais caminham de forma integrada.

As propostas reconhecem que a agenda ambiental já influencia decisões de investimento, acesso a mercados, comportamento do consumidor e competitividade das empresas. Nesse contexto, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) defende políticas públicas capazes de estimular a transição para uma economia de baixo carbono sem perder eficiência econômica nem segurança jurídica.

Energia limpa para um setor mais competitivo

A transição energética aparece como uma das principais frentes estratégicas. O documento enfatiza que o Brasil reúne condições favoráveis para ampliar o uso

de fontes renováveis e transformar essa vantagem em diferencial competitivo para comércio, serviços e turismo.

A Agenda propõe ampliar o acesso à geração distribuída, fortalecer mecanismos de financiamento para micro, pequenas e médias empresas, incentivar programas de eficiência energética e garantir estabilidade regulatória para estimular investimentos em longo prazo. Também defende maior integração entre as políticas energéticas e o desenvolvimento regional, além do incentivo à inovação em armazenamento de energia, redes inteligentes e soluções de gestão energética.

A expectativa é que essas medidas contribuam para reduzir custos operacionais, aumentar a previsibilidade do setor elétrico e fortalecer a resiliência energética das empresas, ao mesmo tempo em que reforçam a imagem sustentável dos destinos turísticos brasileiros.

Licenciamento ambiental mais eficiente

Outro eixo considerado estratégico é a modernização do licenciamento ambiental.

A Agenda ressalta que proteção ambiental e desenvolvimento econômico não são objetivos incompatíveis. Ao contrário, procedimentos mais eficientes e previsíveis podem acelerar investimentos sem comprometer os padrões de proteção dos recursos naturais.

Entre as propostas, estão a determinação de prazos para a análise dos processos, a digitalização e a integração dos sistemas de licenciamento, a padronização de critérios técnicos em âmbito nacional e a articulação entre licenciamento ambiental e planejamento territorial. O documento também propõe tratamento prioritário para empreendimentos que incorporem práticas de eficiência energética, economia circular e redução de impactos ambientais.

A CNC entende que o ambiente regulatório mais transparente e menos burocrático fortalece a segurança jurídica, reduz custos aos empreendedores e amplia a capacidade do País de executar projetos estruturantes.

Economia circular como oportunidade de negócios

A Agenda também dedica espaço à economia circular, apresentada como uma das principais oportunidades da nova economia. A proposta parte da substituição do modelo linear de produção e consumo por práticas que privilegiem reutilização, reciclagem, remanufatura e logística reversa.

Para impulsionar essa transformação, a Confederação defende incentivos financeiros e fiscais para empresas que adotem essas práticas, além do fortalecimento da logística reversa, estímulo à bioeconomia, ampliação da capacitação empresarial e integração da economia circular às políticas de turismo sustentável. Também propõe a utilização de critérios objetivos para certificação e acesso ao crédito, incentivando especialmente pequenas e médias empresas a incorporar modelos sustentáveis a seus negócios.

Segundo a Agenda, essa mudança representa uma oportunidade para fortalecer cadeias produtivas locais, reduzir desperdícios,

estimular a inovação e atender um consumidor cada vez mais atento aos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG).

Desenvolvimento sustentável como política de Estado

Ao reunir essas propostas, a Agenda dos Presidenciais 2026 reforça que o desenvolvimento sustentável depende da articulação entre poder público e setor produtivo. A transição energética, a modernização do licenciamento ambiental e a economia circular são apresentadas pelo Sistema CNC-Sesc-Senac como instrumentos capazes de ampliar investimentos, estimular inovação, gerar empregos e aumentar a competitividade do comércio, serviços e turismo.

“Mais do que responder às demandas ambientais do presente, a Agenda propõe um conjunto de medidas para preparar o País para os desafios econômicos das próximas décadas, consolidando a sustentabilidade como eixo estruturante do crescimento e do desenvolvimento do Brasil”, ressaltou a diretora de Relações Institucionais da Confederação, Nara de Deus.

A Agenda dos Presidenciais 2026 apresenta um modelo de desenvolvimento em que competitividade, inovação e preservação dos recursos naturais caminham de forma integrada



Sesc & Senac





Legado que transforma vidas

Ao longo de sua trajetória, os Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac têm contribuído para transformar realidades por meio da educação, da qualificação profissional, da promoção da saúde e da valorização das pessoas. Nesta edição, apresentamos iniciativas que refletem esse compromisso e evidenciam o alcance das ações desenvolvidas pelas instituições em todo o País.

Os 80 anos do Sesc são celebrados com atividades que aproximam ainda mais a instituição das comunidades, como o Dia Nacional de Escolas de Portas Abertas, que apresentou à sociedade experiências educacionais construídas no cotidiano das unidades escolares. A publicação também traz ações voltadas à segurança alimentar, área em que o Sesc atua de forma contínua, contribuindo tanto para o combate à fome quanto para a promoção de hábitos saudáveis.

No Senac, os destaques incluem a ampliação da plataforma Orango, que expande o acesso a cursos gratuitos on-line, e a adesão do Departamento Nacional ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, reafirmando o seu compromisso com as melhores práticas de governança. Reconhecimentos institucionais e conquistas obtidas pelas equipes completam o panorama de realizações apresentado nesta edição.

São iniciativas que traduzem, na prática, a missão das instituições de promover conhecimento, desenvolvimento e cidadania, gerando oportunidades e impactando positivamente a vida de milhares de brasileiros.

FEED SESC**TURISMO SOCIAL PREMIADO**

Quinze hotéis da rede Sesc foram contemplados com o prêmio Travellers' Choice 2026, concedido pela plataforma de viagens Tripadvisor aos meios de hospedagem mais bem avaliados por viajantes de todo o mundo. O reconhecimento destaca estabelecimentos que mantêm, de forma consistente, avaliações positivas e elevados índices de satisfação dos hóspedes durante um período de 12 meses. Foram premiados: Sesc Bonito (MS); Sesc Cabo Frio, Sesc Nova Friburgo e Nogueira (RJ); Sesc Ouro Preto (MG); Sesc Cacupé (SC); Sesc Itaparica (BA); Sesc Guadalupe, Sesc Garanhuns e Sesc Triunfo (PE); Hotel Sesc Porto Cercado (Pantanal-MT); Sesc Gramado (RS); Sesc Caiobá (PR); e Sesc Praia Formosa e Sesc Domingos Martins (ES). As unidades do Espírito Santo receberam o selo pela primeira vez, enquanto Pernambuco renovou o reconhecimento em seus três hotéis premiados.

SESC EAD EJA CHEGA A SÃO PAULO

O Sesc EAD EJA, curso que oferece a jovens e adultos formação gratuita no ensino médio integrado a qualificação profissional, ampliou sua área de atuação com a abertura de uma turma na cidade de São Paulo. Com isso, o projeto da Rede Sesc de Educação se faz presente atualmente em 18 estados, contemplando todas as regiões do País. Com duração de três semestres e carga horária de 1.200 horas, o Sesc EAD EJA é desenvolvido 50% em formato virtual e 50% em formato presencial, com oferta de duas habilitações: Produtor Cultural e Assistente de Marketing e Vendas. Desde sua criação, o projeto já formou mais de 7 mil estudantes em todo o Brasil, consolidando-se como uma alternativa de acesso ao ensino médio para quem não concluiu essa etapa no tempo regular.



Sesc



Sesc

Escolas de portas abertas para celebrar os 80 anos

Em homenagem aos 80 anos do Sesc, as unidades escolares da instituição em todo o País promoveram o Dia Nacional de Escolas de Portas Abertas. Realizado em 13 de junho, o evento reuniu alunos, professores, familiares e comunidades em uma grande celebração, em que foram apresentadas experiências e práticas educativas que fazem da Rede Sesc de Educação uma referência no campo educacional.

As escolas do Sesc constituem espaços de aprendizagem que transcendem o currículo formal. São 234 unidades e 70 polos do projeto Sesc EAD EJA que atendem mais de 78 mil estudantes da Educação Básica, além de projetos de Educação Complementar, como Criar Sesc, Sesc Ciências, cursos de idiomas e pré-vestibulares.

O Dia Nacional de Escolas de Portas Abertas teve como objetivo fortalecer o vínculo com as comunidades, reafirmando o papel das escolas como espaços múltiplos de formação, convivência e produção de conhecimento. O público pôde conferir uma mostra do trabalho realizado no dia a dia escolar, retratado em exposições, visitas guiadas, rodas de conversa, mostras científicas e apresentações artísticas, entre outras atividades.

As programações foram produzidas de acordo com a identidade e as características do território onde cada unidade



se localiza, valorizando as tradições das comunidades e as práticas integradas à rotina escolar. Além de conferir os trabalhos dos alunos, os visitantes também tiveram acesso a ações de promoção de saúde e bem-estar.

Cardápio comemorativo

Os 80 anos do Sesc também foram celebrados nos restaurantes da instituição com um cardápio especial, servido no dia 8 de julho. A refeição teve como ingrediente principal o arroz, alimento escolhido por sua versatilidade, valor nutricional e importância na cultura alimentar do País. Além do prato principal intitulado 'Arroz de Encontros', preparado com arroz, creme fresco, palmito, caldo de legumes, couve crocante, farofa de pão e castanha do Pará, a refeição incluía uma entrada típica do próprio estado e uma sobremesa inspirada na culinária de outros estados brasileiros, dando ao público a oportunidade de saborear a diversidade gastronômica do Brasil.



SESC EM FOCO

FOME E OBESIDADE: OS DOIS LADOS DE UMA MESMA LUTA

Um dado muito importante foi divulgado recentemente pelo governo federal: a estimativa de mais de 31 milhões de pessoas fora do Mapa da Fome ao fim de 2025. O resultado é fruto de iniciativas de combate à insegurança alimentar, entre elas o Sesc Mesa Brasil. Somente em 2025, foram mais de 57 milhões de quilos distribuídos, beneficiando 2,7 milhões de pessoas por mês.

Mas, se por um lado o trabalho contra a fome evolui, por outro, a obesidade avança e se torna fator de risco para a saúde. Diferentemente do que possa parecer, a obesidade não é necessariamente sinal de fartura. Ela pode provir da substituição de alimentos por conta de seu valor ou praticidade. Muitas vezes, alimentos ultra-processados, ricos em calorias vazias, gorduras e açúcares, predominam no cardápio de famílias mais vulneráveis, que têm pouco acesso a alimentos naturais seja pelo custo, seja pela falta de tempo em suas rotinas de trabalho.

O trabalho do Sesc Mesa Brasil consiste em levar a instituições assistenciais alimentos que complementam e reforçam as refeições oferecidas ao público assistido, agregando valor nutricional à mesa das pessoas. Além disso, a atuação do Sesc na segurança alimentar contempla todos os seus usuários por meio de sua rede de restaurantes e lanchonetes, que oferecem cardápios saborosos e nutritivos. São mais de 55 milhões de refeições e lanches servidos por ano, a preços reduzidos. Consultas dietoterápicas e ações de educação alimentar e vigilância nutricional também são oferecidas nas unidades de todo o País.

O Direito Humano à Alimentação Adequada é garantido pela Constituição e regulamentado pela Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Ele assegura que todos tenham acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e qualidade suficientes. É com essa premissa que o Sesc trabalha há 80 anos: contra a fome e o desperdício de alimentos e em prol de um dia a dia mais saudável para a população.

José Carlos Cirilo

diretor-geral do Departamento Nacional do Sesc

FEED SENAC

LUGAR
INCRÍVEL PARA
TRABALHAR

O Departamento Nacional do Senac recebeu a certificação Lugares Incríveis para Trabalhar, concedida pela FIA Business School às organizações que se destacam pela qualidade do ambiente de trabalho e pelas boas práticas de gestão de pessoas. O reconhecimento foi conquistado com base nos resultados da pesquisa de clima organizacional, realizada neste ano, com adesão de 91% dos colaboradores no Rio de Janeiro e em Brasília. O índice de 87,9 pontos no Indicador de Clima Organizacional (i-CO) garantiu a certificação. O selo reconhece instituições que promovem relações de confiança, valorizam o desenvolvimento profissional e estimulam o engajamento de suas equipes.



RECONHECIMENTO DO SENADO

O Departamento Nacional do Senac recebeu da Assessoria de Qualidade de Atendimento e Logística do Senado Federal (Asqualog) um ofício de reconhecimento institucional pela qualidade dos serviços prestados pela unidade pedagógica de gastronomia que atende a casa. O documento destaca o desempenho da equipe e ressalta o profissionalismo, a capacidade de adaptação e a manutenção dos padrões de qualidade em cada desafio operacional.



A partir da esquerda: Paula Lavinas, subgerente de Unidades Pedagógicas; Adriano Fernandes Gomes, da Asqualog; e Marilene Delgado, diretora de Unidades Pedagógicas do Senac

Orango amplia oferta e já reúne mais de 130 cursos

A plataforma Orango, do Senac, acaba de ampliar seu catálogo com 20 novos cursos gratuitos. Com isso, passa a oferecer mais de 130 experiências de aprendizagem on-line. A expansão reforça a proposta de aproximar profissionais e estudantes das competências mais demandadas pelo mercado de trabalho em áreas como Inteligência Artificial, Marketing Digital, Design, Moda, Gastronomia, Empreendedorismo, Gestão de Projetos e Sustentabilidade.

Os cursos podem ser realizados de forma remota, no ritmo de cada participante, e conferem certificado emitido pelo Senac ao fim da formação. Entre as novidades, a área de Marketing Digital ganhou sete novos cursos: Crie campanhas no Google Ads; Alta performance em campanhas Ads; Análise de dados no Google; Crie campanhas que vendem; Segmentação e palavras-chave que vendem no Google; Escrevendo anúncios que vendem; e Google Ads: primeiros passos. Os conteúdos trazem desde conceitos básicos até estratégias para criação e otimização de campanhas.

Em design, foram incorporados os cursos Design de produtos: beleza e função; Design criativo: tipos e formas; e Design inteligente para espaços multifuncionais, além de Moda em cena: estilo, marca e imagem, voltado para quem deseja conhecer tendências e possibilidades de atuação no setor.

A plataforma também ampliou a oferta de cursos ligados ao empreendedorismo e à economia digital. Entre os novos títulos, estão Economia gig: construa sua carreira independente; Empreenda com propósito: soluções sustentáveis na prática; Transforme desafios socioambientais em negócios de impacto; Negócios de impacto no digital; E-commerce e dropshipping descomplicados; e O futuro da IA: oportunidades para quem empreende.

Outras novidades contemplam as áreas de Gastronomia e Gestão, com os cursos Refeições práticas e nutritivas; Gestão de projetos na prática: eficiência e resultados; e Produtividade no trabalho com eficiência e organização.



Lançada há um ano, a plataforma Orango foi criada para oferecer uma forma acessível de conhecer novas profissões, desenvolver habilidades e explorar possibilidades de carreira antes da escolha de uma formação mais extensa. Milhares de participantes de todo o País estão cadastrados e fazem parte dessa rede de aprendizagem.



Acesse aqui
a plataforma
Orango



SENAC EM FOCO



INSTITUIÇÃO ADERE AO PACTO EMPRESARIAL PELA INTEGRIDADE E CONTRA A CORRUPÇÃO

O Departamento Nacional do Senac passou a integrar o projeto Empresa Limpa – Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. A iniciativa é coordenada pelo Instituto Ethos, entidade que reúne organizações comprometidas com a promoção da ética, da transparência e da integridade nas relações institucionais e empresariais.

Ao aderir ao pacto, o Senac assume compromissos como divulgar a legislação brasileira anticorrupção a empregados e públicos de relacionamento, vedar qualquer forma de suborno, atuar com transparência e colaborar com investigações sempre que necessário. A adesão também prevê a proibição do uso de práticas antiéticas nas relações com agentes públicos e o apoio às ações de apuração conduzidas pelos órgãos competentes. Como signatário, o Departamento Nacional deverá preencher anualmente o Guia Temático de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção, ferramenta utilizada para acompanhar a evolução das práticas de governança e integridade das organizações participantes.

Esse diagnóstico permite identificar oportunidades de aprimoramento e orientar as ações de desenvolvimento que forem mapeadas. O documento também tem a função importante de compartilhar referências e boas práticas entre todos os signatários do pacto.

Criado em 1998, o Instituto Ethos é uma organização da sociedade civil que atua na promoção da gestão responsável e do desenvolvimento sustentável, incentivando empresas e instituições a incorporar princípios éticos e boas práticas de governança em suas atividades.



do tamanho do
Brasil



Atuação integrada de ponta a ponta

Nesta edição, a **CNC Notícias** reúne exemplos de como Federações, Sindicatos Empresariais, Sesc e Senac Regionais atuam para fortalecer o setor terciário, ampliar oportunidades e gerar impactos positivos nas mais diversas regiões do País.

Em Mato Grosso do Sul, a Fecomércio foi homenageada com a Medalha do Mérito Legislativo, reconhecendo o trabalho de impacto social do Sistema Comércio no Estado.

No Maranhão, o ex-presidente José Sarney foi agraciado com a Ordem do Mérito Comercial do Maranhão no Grau de Grão-Colar. A honraria é concedida em reconhecimento público a serviços prestados à Nação brasileira.

Na Bahia, o Senac foi destaque nacional na 36ª Conferência Anprotec. Foram três trabalhos reconhecidos, apresentando temas como eficiência ambiental, gestão de resíduos e educação empreendedora.

Em Goiás, o Senac marcou presença no Prêmio Encontro Gastrô 2026, que reconheceu estabelecimentos da gastronomia da capital em 35 categorias premiadas.

Esta edição também conta com a participação da FBHA, com a presença do presidente da entidade, Alexandre Sampaio, na abertura da 42ª edição do Congresso COCAL; e da Febrac, que se posicionou pelo reconhecimento das especificidades do setor de serviços nos debates sobre o fim da escala 6x1.

Juntas, essas ações ilustram a atuação integrada e múltipla do Sistema CNC-Sesc-Senac que, por meio de suas unidades em todo o Brasil, promove desenvolvimento regional, valoriza talentos locais e fortalece setores estratégicos da economia nacional.



Fecomércio-MS recebe homenagem legislativa



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS) realizou, no dia 1º de julho, no Plenário Deputado Júlio Maia, a sessão solene em homenagem a personalidades e instituições que contribuem para o cooperativismo em Mato Grosso do Sul.

A cerimônia integrou a Semana do Cooperativismo 2026, promovida pelo Sistema OCB-MS em celebração ao Dia Internacional do Cooperativismo.

A Fecomércio-MS esteve entre os agraciados com o Diploma e a Medalha do Mérito Legislativo em Homenagem ao Cooperativismo, representada pelo presidente Juliano Wertheimer.

A honraria, concedida a partir da proposição do deputado estadual Professor Rinaldo Modesto, coordenador da Frente Parlamentar de Defesa do Cooperativismo (Frencoop/MS), reconhece instituições que impulsionam o desenvolvimento econômico e social do Estado.

O reconhecimento se soma à trajetória da Fecomércio-MS, criada em 29 de agosto de 1979, hoje reunindo 14 Sindicatos Empresariais e integrando o Sistema Comércio ao lado do Sesc e do Senac.

“A Federação compõe um ecossistema, em que temos o Sistema Comércio, formado pela Fecomércio, Instituto de Pesquisa (IPF), Sesc e Senac. Toda essa engrenagem se torna uma cooperativa entre si, cooperando com os Sindicatos da base e os empresários representados. Irradiamos todo o trabalho da Federação, Sesc e Senac lá na ponta, que é o empresário”, afirmou Juliano Wertheimer.

A trajetória da Fecomércio-MS reforça seu protagonismo no desenvolvimento econômico e social, consolidando sua relevância na representatividade empresarial e na construção de um ambiente de negócios cada vez mais forte, competitivo e alinhado às demandas do futuro, focando as reais necessidades do Estado para o seu crescimento.

O presidente Juliano Wertheimer compareceu à sessão e recebeu a honraria



Fecomércio-MA incentiva liderança feminina nos negócios



Fecomércio-MA



A Fecomércio-MA sediou, no dia 16 de julho, a 4ª reunião ordinária da Câmara Empresarial da Mulher. O encontro, que ocorre mensalmente na sede da entidade, foi coordenado pela empresária Michelinne Feijó e reuniu conselheiras e lideranças do setor com o objetivo de fortalecer o diálogo institucional, alinhar estratégias de mercado e impulsionar o empreendedorismo feminino no Estado.

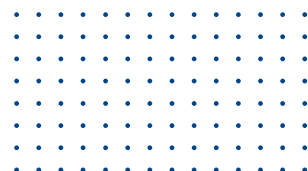
Como parte da pauta de fomento aos negócios e capacitação, foram apresentados os portfólios de serviços e soluções corporativas do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). A iniciativa buscou evidenciar novas oportunidades de qualificação profissional, bem-estar e convênios estratégicos que podem ser absorvidos pelas empresas lideradas por mulheres.

“O papel da nossa câmara vai além de conectar negócios; existimos para construir um ecossistema sólido de representatividade e suporte. Nosso compromisso é garantir que a mulher ocupe espaços de decisão com propriedade, unindo forças para abrir portas, capacitar lideranças e transformar o protagonismo feminino em um pilar definitivo para a economia do Maranhão”, destacou a coordenadora Michelinne Feijó.

Projeção estadual

Outro destaque da agenda foi a apresentação da Semana Empresarial de Açailândia, evento corporativo da região tocantina que será realizado de 17 a 22 de agosto de 2026. Durante a feira, o Talk Mulheres Empreendedoras contará com o apoio da Fecomércio-MA por meio da Câmara Empresarial da Mulher.

Durante a 4ª reunião ordinária do ano, a Câmara Empresarial da Mulher conheceu o portfólio de serviços do Sesc e Senac



Senac-BA é destaque na 36ª Anprotec



Com o tema Consolidando Ecossistemas: Empreendedorismo Inovador para a Economia do Futuro, a 36ª Conferência Anprotec, realizada em Manaus, reuniu representantes de todo o País para discutir inovação, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável.

O Senac-BA conquistou destaque nacional ao ter três trabalhos reconhecidos, entre apresentações técnicas e publicações nos anais da conferência, reforçando seu compromisso com a inovação, a sustentabilidade e a educação profissional.

O artigo “Indicadores de intensidade de emissões como estratégia de eficiência ambiental e inovação educacional: o caso do Restaurante-Escola Senac Casa do Comércio – Carbono Neutro” foi selecionado para apresentação técnica e publicação nos anais da conferência.

Também foi selecionado para apresentação técnica o relato de experiência Gestão de Resíduos e Bioeconomia Urbana: Aplicação de Tecnologias Emergentes em um Empreendimento Multifuncional.

Já o trabalho “A proposta de um ambiente de pré-incubação de negócios como estratégia de educação empreendedora no interior da Bahia – CO.NEXO” foi selecionado para publicação nos anais da conferência.

Representaram o Senac Bahia no evento Andreia Teixeira, diretora de Administração e Finanças; Maíbi Teixeira, gerente de Projetos; Carlos Alberto, gerente de Administração; Sidney Leal, analista de Projetos; e Raísa Magalhães, analista de Relacionamento com o Mercado, autores dos trabalhos apresentados, em parceria com Tania Sousa, analista de Projetos.



Evento promove debates sobre inovação e tendências de mercado

Senac-GO marca presença no Prêmio Encontro Gastrô 2026



O fortalecimento da gastronomia goiana, a valorização dos profissionais do setor e o reconhecimento dos estabelecimentos que fazem a diferença na experiência gastronômica da capital marcaram a 2ª edição do Prêmio BRB Card de Gastronomia Encontro Gastrô: O Melhor de Goiânia 2026, realizado no dia 1º de julho, em Goiânia.

Apresentado pelo Senac-GO, o prêmio, promovido pelo *Correio Brasileiro* e pela *Revista Encontro*, reuniu empresários, profissionais da gastronomia e representantes do setor.

Ao todo, foram reconhecidos vencedores em 35 categorias, contemplando restaurantes, bares, cafeterias, confeitarias, adegas e outros segmentos que refletem a diversidade da gastronomia goianiense.

A escolha dos vencedores foi resultado da combinação entre votação popular, que registrou cerca de 90 mil votos, e a avaliação de um júri composto por 50 conhecedores da cena gastronômica da capital.

Além de apresentar o prêmio, o Senac-GO reforça seu papel como agente de transformação do setor, investindo na formação de profissionais, no desenvolvimento de empreendedores e na promoção de iniciativas que impulsionam a gastronomia como vetor de geração de emprego, turismo e renda.

Para o presidente da Fecomércio-GO, Marcelo Baiocchi Carneiro, reconhecer quem contribui para a excelência na gastronomia também é uma forma de fortalecer todo o setor. “Valorizar os profissionais e os empreendimentos que fazem parte dessa cadeia é reconhecer



o papel estratégico do setor para o desenvolvimento de Goiás”, destacou.

O diretor regional do Sesc-Senac-GO, Leopoldo Veiga Jardim, ressaltou que a participação do Senac reforça o compromisso com a qualificação profissional e o desenvolvimento do terceiro setor. “Estar ao lado de uma iniciativa como o Encontro Gastrô é reafirmar nosso compromisso com a formação de mão de obra, com o incentivo à inovação e com o fortalecimento da gastronomia goiana”, afirmou.

Além da cerimônia de premiação, a edição 2026 também marcou o lançamento do *Anuário Revista Encontro Gastrô*, publicação que reúne reportagens sobre os vencedores e apresenta um guia com os principais estabelecimentos de Goiânia, contribuindo para ampliar a visibilidade do setor e fortalecer o turismo gastronômico na capital.

O prêmio reconheceu 35 categorias culinárias da capital do Estado

FBHA participa da 42ª edição do Congresso COCAL



FBHA



Presidente da FBHA, Alexandre Sampaio, integrou abertura e painel sobre os impactos do Sistema S no setor

A Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) participou da 42ª edição do Congresso COCAL, um dos principais encontros da indústria de eventos da América Latina, promovido nos dias 1º a 3 de julho, em Fortaleza (CE).

O presidente da Federação e diretor da CNC, Alexandre Sampaio, participou da cerimônia oficial de abertura, realizada no Centro de Eventos do Ceará. Sampaio também foi um dos palestrantes do Painel Institucional: Como o Sistema S impacta positivamente o ecossistema de eventos, ao lado do presidente da Fecomércio-CE, Luiz Fernando Bittencourt, com mediação da vice-presidente da Abeoc Brasil, Fátima Facuri (ver nota na página 51).

Para Alexandre Sampaio, o painel reforçou a importância das entidades representativas e do Sistema Comércio na construção de um

ambiente mais competitivo para o turismo de negócios. “Debater inovação, qualificação e políticas públicas em um fórum como a COCAL fortalece o posicionamento do Brasil e amplia as oportunidades para o turismo.”

O painel apresentou a contribuição do Sistema Comércio para o fortalecimento da cadeia produtiva de eventos por meio da qualificação profissional, do apoio ao empreendedorismo e do desenvolvimento de destinos capazes de atrair investimentos, congressos e grandes encontros.

Ao longo de sua programação, o COCAL 2026 reuniu cerca de 70 especialistas para discutir temas estratégicos para o setor, entre eles o uso de IA na organização de congressos, sustentabilidade, políticas públicas para atração de eventos e os impactos econômicos do setor no Brasil e na América Latina.

Febrac defende operação do setor de serviços em debate sobre escala 6x1



A Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços (Febrac) defendeu, em 1º de julho, no plenário do Senado, que o fim da escala 6x1 leve em conta a realidade operacional do setor de serviços, especialmente em atividades com jornadas de revezamento.

A discussão ocorreu durante Sessão de Debates Temáticos do Senado Federal sobre os impactos econômicos e produtivos da PEC nº 221/2019, que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e extingue a escala de seis dias de trabalho por um de descanso, sem redução salarial. O texto ainda não tramita formalmente na Casa (ver reportagem na página 32).

Representando a Febrac, o vice-presidente Regional Centro-Oeste da entidade, Antônio Rabello, apresentou a visão da Federação ao destacar os reflexos que a alteração na jornada de trabalho poderá trazer para um segmento intensivo em mão de obra.

“A Febrac não se posiciona contra a discussão sobre a redução da jornada de trabalho. O ponto central é que a proposta preserve a possibilidade de negociação, respeitando as especificidades de cada setor. Modelos como a jornada 12x36 são essenciais para hospitais, escolas, e diversos serviços indispensáveis à sociedade”, afirmou Rabello.

Rabello destacou que a redação aprovada na Câmara dos Deputados pode inviabilizar esse formato ao exigir dois dias consecutivos de folga por semana, regra incompatível com a lógica de revezamento que sustenta esse tipo de jornada.

De acordo com ele, a base empresarial representada pela Febrac conta com cerca de 2,7 milhões de trabalhadores, muitos deles vinculados a atividades que dependem da escala 12x36 para garantir a continuação dos serviços e a preservação dos postos de trabalho.

Febrac



O vice-presidente Regional Centro-Oeste da entidade, Antônio Rabello, representou a Febrac

Feira IHGF Delhi



De 13 a 17 de outubro de 2026



Feira IHGF Delhi 2026

A Embaixada da Índia em Brasília anunciou a realização da 62ª edição da Feira IHGF Delhi (Outono) 2026, que ocorrerá entre os dias 13 e 17 de outubro, no India Expo Centre & Mart, em Nova Délhi, na Índia.

Organizado pelo Conselho de Promoção de Exportações de Artesanato (EPCH), o evento é considerado uma das principais vitrines do setor no País. A entidade reúne cerca de 10 mil fabricantes e exportadores de artesanato.

Sesc-CE



Mostra Sesc Cariri de Culturas apresenta show de Maria Rita

22 de agosto de 2026



Divulgação



NRF 2027: Retail's Big Show

10 a 12 de janeiro de 2027



Tarifaço americano, o retorno

Valter Campanato/Agência Brasil



Os Estados Unidos anunciaram uma tarifa adicional de 25% sobre cerca de 3.000 produtos brasileiros, com foco em máquinas industriais, etanol e madeira. A medida entrou em vigor em 22 de julho, motivada por uma investigação americana que apontou supostas práticas comerciais desleais do Brasil. Mas não ficou por aí. No dia 23, foi definida uma nova sobretaxa de 12,5%, sob o argumento de que o Brasil falha ao importar itens de países vinculados a trabalho forçado. Na foto, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, logo depois do primeiro anúncio, informa a disposição do Brasil para o diálogo, ressaltando que a decisão americana é injusta, e que serão estudadas todas as possibilidades para que as medidas sejam adotadas “no momento adequado”. O governo federal já divulgou um pacote de crédito e suporte de R\$ 18,5 bilhões (programa Brasil Soberano) para proteger os setores industriais mais expostos e buscar novos mercados.



Há 80 anos a CNC faz parte da história de quem faz o futuro do Brasil acontecer.

Há 80 anos a CNC atua em favor do setor empresarial contribuindo para o crescimento de um Brasil forte e próspero. Viu nascer gerações de empreendedores que empregam e movimentam a economia. Hoje, são mais de 7 milhões de estabelecimentos representados que geram mais de 43 milhões de empregos. **É um orgulho para a CNC participar da história do Brasil e de tantas gerações de brasileiros.**